



# Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT – 11:** Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 84.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1996.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Reto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edgar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N.<sup>o</sup> 1037

Curitiba, 09 de setembro de 1996.

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2.<sup>o</sup>, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2.<sup>o</sup>, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa o incluso Anteprojeto de Lei que visa criar 10 (dez) cargos de Promotor de

Justiça de entrância final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais, instituídos pela Lei Estadual n.<sup>o</sup> 11.468/96, nos termos da deliberação do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa inclita Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, consigno a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, ao ensejo, as mais elevadas expressões de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PROJETO DE LEI N.<sup>o</sup> 419/96

Art. 1.<sup>o</sup> - Ficam criados, no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça de entrância final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais, criados pela Lei Estadual n.<sup>o</sup> 11.468, de 16 de julho de 1996, assim distribuídos.

I - 04 (quatro) cargos na comarca de Curitiba;

II - 02 (dois) cargos na comarca de Londrina;

III - 01 (um) cargo na comarca de Maringá;

IV - 01 (um) cargo na comarca de Ponta Grossa;

V - 01 (um) cargo na comarca de Foz do Iguaçu;

VI - 01 (um) cargo na comarca de Cascavel.

Art. 2.<sup>o</sup> - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Pela edição da Lei Estadual n.<sup>o</sup> 11.468, de 16 de julho de 1996, instituiu-se no Paraná o Sistema Estadual de Juizados Especiais, com a criação de 26 (vinte e seis) cargos de Juiz de Direito de entrância final, dos quais 10 (dez) destinados à área criminal.

Possuindo o Ministério Público a função institucional privativa de promover a ação penal pública, nos termos do artigo 129, da Constituição Federal, a instalação e o funcionamento dos Juizados Especiais Criminais dependem obrigatoriamente da existência dos respectivos Promotores de Justiça, conforme previsão da Lei Federal n.<sup>o</sup> 9.099/95.

Assim, para dar efetividade à Lei Estadual n.<sup>o</sup> 11.468/96, impõe-se que, agora, sejam criados os cargos de Promotor de

Justiça com atribuições junto aos Juizados Especiais Cíveis, porquanto pouca é a atuação ministerial nos mesmos, não justificando onerar para este fim os recursos estaduais.

Ofício:

# OFÍCIO

Sob os n.ºs CTL/SEEG/240 e 241/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, os Projetos de Lei n.ºs 082 e 061/96, respectivamente.

Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

## REQUERIMENTO N.º 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 378/96, de nossa autoria, que cria, no âmbito do Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.), o Hospital do Servidor Público.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N.º 930

SÚMULA: REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 418/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio (autoriza o Poder Executivo a ceder à Casa Latino-Americana, CASLA, o imóvel que especifica).

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 418/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N.º 921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) NELSON TURECK

## REQUERIMENTO N.º 941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por (10) dez sessões do item 02, 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 459/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) VALDIR ROSSONI

## REQUERIMENTO N.º 942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por (10) dez sessões do item 01, 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 326/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) VALDIR ROSSONI

## REQUERIMENTO N.º 929

Senhor Presidente.

Joel Coimbra, Deputado Estadual, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência REQUERER licença de 121 (cento e vinte e um dias) para tratar de assuntos pessoais, de acordo com o Inciso II do Artigo 60 da Constituição Estadual, estendendo-se o requerido também a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) JOEL COIMBRA

## REQUERIMENTO N.º 922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a indicação das Lideranças partidárias para a composição da Comissão Permanente para Assuntos do MERCOSUL, conforme disposto nos Artigos 29, 30, 31, 32, 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N.º 920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Bernardo Berman, ocorrido no dia 02 de setembro de 1996.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido na Argentina, onde formou-se no Curso de Bacharelado em Direito, Ber-

nardo Berman veio para o Brasil em 1955, radicando-se em Curitiba. Exercendo forte atividade comercial na área empresarial, fundou em maio de 1978 a Construtora Berman, atualmente uma das maiores do Sul do País.

É com imensa tristeza que ora proponho esta homenagem póstuma a Bernardo Berman, sócio-fundador da Construtora Gustavo Berman Ltda., falecido aos 80 anos de idade, deixando a todos que o conheciam com profundas saudades, principalmente sua esposa Rosa Soifer Berman, os filhos Gustavo Daniel Berman e Marcelo Samuel Berman, noras e netos.

#### REQUERIMENTO N° 932

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Eurípedes Fornazieri, ocorrido no dia 07 próximo passado, no Município de Arapongas-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa, Senhora Irma Arruda Fornazieri e família, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Falcão, 547, no Município de Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO N° 946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado no Anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Paulo Augusto Wendler.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Natural de Curitiba, Paulo Augusto Wendler nasceu aos 10 de maio de 1922, sendo que desde pequeno já possuía sua aptidão para cálculos. Tanto é verdade isso que formou-se em Engenharia Civil pela UFPR no ano de 1946, e logo após abriu escritório de cálculo estrutural, onde exerce inicialmente a profissão de Engenheiro Civil.

Homem dotado de conhecimento profundo no ramo onde formou-se, Paulo Wendler exerceu o Magistério lecionando na Escola de Oficiais Especialistas da Infantaria de Guarda (Escola da Aeronáutica), agora denominada CINDACTA, além de possuir diploma do Curso da Escola Superior de Guerra. Também foi Professor de Engenharia Civil da UFPR, da disciplina de Resistência dos Materiais, cadeira esta que ocupou até atingir a idade da aposentadoria. Além do

exposto, exerceu o cargo de Presidente do Instituto de Engenharia do Estado do Paraná por seu desempenho na profissão de Engenheiro Civil e Professor.

Casou-se com Luiza Maria Wendler na data de 05 de janeiro de 1950, esposa e Cirurgiã-dentista, com a qual teve dois filhos: Paulo Augusto Wendler Filho, Engenheiro Civil formado pela UFPR; Vera Maria Wendler, Engenheira Civil também formada pela UFPR.

Visto como excelente colega de profissão, o Professor Paulo Augusto Wendler era acima de tudo, um exemplar pai de família e dedicado esposo, deixando a todos que o conheciam profundas saudades, restando-nos tão somente recordar as lembranças deste grande homem, que nos deixou aos 71 anos de idade.

#### REQUERIMENTO N° 923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Sidney Mora, pela posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações a direção e corpo docente do Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, representado na pessoa da Senhora Maria da Conceição Correia Soares, Diretora daquela instituição de ensino, pela comemoração dos 50 anos de existência, prestando serviços a comunidade curitibana.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.96

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de rezojo pelo transcurso do Dia da Imprensa.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

A Imprensa foi inventada por Johann Gutenberg, nascido em Magonça, Alemanha, no ano 1400 e falecido em 1468. Não se tem certeza de quando Gutenberg começou a trabalhar no invento da impressão.

Sabe-se que um dia, um rico ourives lhe ofereceu dinheiro necessário à montagem de uma tipografia. Entre os livros cuja impressão se atribuiu a Gutenberg, contam-se uma Bíblia, em latim, e um vocabulário denominado Catholicon, impressos em 1448 e 1460, respectivamente.

A Imprensa só surgiu no Brasil, no sentido informativo e opinativo, nos fins do século passado, com o Diário Popular em 1884, e, posteriormente, o Estado de São Paulo, em 1890.

Nos tempos coloniais a publicação de livros e jornais era proibida por carta régia que ameaçava com confisco e o degredo de quem se aventurava a transgredí-la. Foi com Dom João VI que se iniciou oficialmente a Imprensa no Brasil. Em 1808 foi fundada a Imprensa Régia que editava a Gazeta do Rio de Janeiro, com a finalidade de publicar as notícias e decretos reais. Quase na mesma época surgiu na Inglaterra um jornal de língua portuguesa, o Correio Braziliense, com a finalidade de atacar as autoridades portuguesas e preparar o campo para a Independência do Brasil. Foi nesse século que a imprensa no Brasil tomou vulto e tornou-se pujante dentro das finalidades, inerentes à imprensa, de opinar e bem informar.

## REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor a Diretoria do Jornal "Folha de Londrina", pela conquista do prêmio ABERJÉ/SUL, considerada a mais importante premiação da comunicação empresarial brasileira, na categoria destaque/inação em qualidade.

Nestes termos pede deferimento, conforme o disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.96

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 949

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações pelo êxito alcançado no I Encontro do Ecoturismo dos Campos Gerais, realizado na Cidade de Tibagi.

O Encontro foi de grande valia, devido

ao alto teor dos assuntos lá discutidos, das propostas apresentadas e do nível intelectual dos participantes, vindo assim revelar os valores dos municípios que formam a região dos Campos Gerais.

O evento teve como objetivo o desenvolvimento sustentável em áreas com atrativos ecológicos e contribuir para a conscientização ambiental.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos Prefeitos de: Tibagi, José Tibagi de Melo; Ponta Grossa, Paulo Cunha Nascimento; Piraí do Sul (Presidente da AMCG), Marcelo Miléo; e à Universidade Estadual de Ponta Grossa, à Klabin e Batavo, pelo apoio e colaboração que foi dado ao evento.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações alusivos ao Dia da Imprensa.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) JOÃO TECHY

## REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, respeitosamente REQUER à Mesa Executiva, após manifestação do Plenário, seja encaminhado solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que remeta à esta Assembléia Legislativa, mensagem de lei regulamentando a Pauta de Reivindicações dos Servidores Públicos (em anexo) de acordo com as propostas do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) JOEL COIMBRA

## JUSTIFICATIVA:

## FÓRUM DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

## Pauta de Reivindicação.

01. Reposição das perdas salariais.
02. Definição de uma política salarial que garanta o poder aquisitivo do salário do servidor - ICV-DIERSE.
03. Implantação do PCCS discutido com os servidores.
04. Ampliação e instituição do auxílio transporte, alimentação e creche.
05. Valorização do servidor público e melhoria nas condições de trabalho.
06. Pagamento corrigido dos precatórios.

rios judiciais.

07. Reenquadramento dos servidores em desvio de função.

08. Direito a licença especial.

09. Ampliação e melhoria dos serviços prestados pelo IPR e a implantação de Conselho de Administração Paritário.

10. Reinstauração do Fundo de Previdência.

Breves comentários sobre a Pauta de Reivindicação.

### Introdução

O Governador Jaime Lerner, quando ainda candidato, afirmou que "recuperaria no seu governo as perdas salariais dos servidores, dos últimos Governos".

Porém, somente em seu Governo, as perdas salariais dos servidores estaduais, ultrapassam a 30%. Para ser exato, o DIEESE realizou estudos, onde restou demonstrado que a perda salarial é de 30,31%. Conforme documento em anexo.

É preciso também reconhecer que algumas categorias tiveram ganhos reais no período de 01/01/95 até 31/05/96, como os professores, policiais civis e militares, fiscais da Receita Estadual, carreiras jurídicas, Secretários de Estado e os ocupantes de cargos de Assessoramento Superior, entre outros.

Frente a isso, é preciso, neste mês de junho, aliás, que é a data-base dos servidores estaduais, que ocorra a concessão de índice de reposição salarial de no mínimo, 30,31%, aos servidores que ainda não foram beneficiados na forma das outras categorias, já citadas.

É o que esperamos.

### Da Pauta de Reivindicação

01. Reposição das perdas salariais.

As perdas salariais existentes desde o ano de 1990, dos servidores estaduais atingem, segundo estudos realizados pelo DIEESE, em média, 138,84%, conforme se infere do documento em anexo.

É claro que seria impossível, de uma só vez, o Governo do Estado repor a perda salarial verificada. Porém, somente no Governo Lerner há uma perda de 30,31%. Este índice é o mínimo que os servidores podem pleitear. Até para que o discurso político e a prática sejam relevadas. Em outras palavras, quem se comprometeu em recuperar as perdas dos últimos governos, não pode e não deve deixar de repor as perdas do seu próprio período de Governo.

Assim, no mês de junho/96, os servidores estaduais do Quadro Geral deverão ter uma reposição salarial de, no mínimo, 30,31%.

02. Definição de uma política salarial que garanta o poder aquisitivo do salário do servidor - ICV-DIEESE.

Como qualquer outro trabalhador, os servidores públicos devem ter uma política

salarial visando a manutenção do poder de compra dos salários. O Governo do Estado anunciou aos servidores, em agosto/95, que os salários seriam corrigidos com base na arrecadação estadual, ou seja: 50% do aumento da arrecadação seriam repassados para a reposição salarial dos servidores. Também aqui não está sendo cumprido o que prometeu a Senhor Governador do Estado.

Os servidores não discordam da política salarial proposta pelo Governador. Porém, para que isso seja legitimado é preciso que o Governo do Estado abra as suas contas.

É preliminar a uma política salarial conseqüente, que o Governo do Estado implemente isonomia salarial entre os servidores, sem que nenhuma das categorias sejam beneficiadas em detrimento de outras, como ocorre neste Governo. Nenhum servidor quer mais, porém, não queremos menos. Exigimos isonomia salarial.

Também para ser transparente a política salarial a ser implementada, na forma que propõe o Governo, é preciso que os critérios para fixação das despesas com pessoal sejam alteradas, especialmente quando as despesas de pessoal com a Assembleia Legislativa e dos Tribunais. Os salários dos Parlamentares e dos Juizes deverão estar inseridos no orçamento próprio dos Poderes. Também as despesas com diárias, deverão ser consideradas como custeio e não despesa de pessoal. Os convênios e subvenção social deverão ser excluídas das despesas do pessoal. As receitas também deverão ter seus critérios modificados, passando a ser considerados os repasses a nível federal.

A gestão de pessoal deverá ser centralizada, com controle da Secretaria de Estado da Administração - SEAD. Hoje a SEAD sequer sabe o total dos servidores que percebem pelo tesouro estadual. O Tribunal de Contas é uma "caixa preta" intocável. Tudo isso, precisa acabar.

Para aumentar a arrecadação, o Fórum das Entidades Sindicais quer que os sonequadores tenham seu débito executado judicialmente, aliás, segundo a própria receita estadual os executivos fiscais do Estado ultrapassam o valor correspondente a mais de 03 folhas de pagamento. Porém, a inadimplência continua, sem que o Governo tome iniciativa para pôr fim a esta situação.

Ainda, segundo a receita estadual, as 1.000 maiores empresas do Paraná, contribuem com o equivalente a 85% do ICMS arrecadado. Enquanto isso, os fiscais continuam a fiscalizar a pequena e média empresa. Isto precisa mudar, inclusive os servidores gostariam de participar efetivamente do processo arrecadador do Estado, bastando para tanto, que recebessem todas

as informações e treinamentos para contribuir neste aspecto.

O Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de fiscalização deverão auditar os contratos de locação de veículos para a administração pública do Paraná, demonstrando a conveniência e oportunidade de tais "negócios jurídicos".

Tantas outras questões e propostas poderiam aqui ser elencadas visando a melhoria do processo de arrecadação do Estado, porém não somos ouvidos.

A racionalização dos serviços públicos, com certeza, se implementada com a nossa participação, representaria uma melhoria salarial aos servidores públicos estaduais.

03. Implantação do PCCS discutido com os servidores.

Em data de 14/08/95, através da Portaria sob n° 004/95-SEAD, foi constituída uma Comissão Paritária entre os sindicatos de servidores e técnicos da SEAD para elaboração de estudos para implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, para os servidores públicos. Esta Comissão terminou seu trabalho em dezembro/95. Porém, até a presente data, a SEAD não encaminhou o assunto ao Governador e a Assembleia Legislativa para a sua implantação. Argumentou que faltaria a elaboração da Tabela de Salários e que o Governo estaria estudando o assunto.

Neste pleito, o Fórum exige que o trabalho realizado de forma conjunta, bem assim, a tabela salarial seja imediatamente enviada a Assembleia Legislativa para a sua efetivação.

Essa é uma velha reivindicação dos servidores públicos que precisa ser implantada, até para termos a perspectiva profissional no serviço público.

04. Ampliação e instituição do auxílio transporte, alimentação e creche.

Temos assistido, com prazer, algumas ações governamentais na área social, com benefícios aos trabalhadores do Paraná. Exemplo disso, são alguns trabalhos realizados pelo Estado na área das crianças e adolescentes, idosos, mães, mulheres, etc, inclusive em alguns casos com retribuição financeira e/ou em alimentos. Porém, para os servidores públicos, que também são cidadãos paranaenses, isso não ocorre. É preciso que o Governo também estabeleça políticas sociais aos seus servidores.

A reivindicação em tela objetiva que também sejamos "olhados" pelas políticas sociais do Governo.

Por isso, reivindicamos que o servidor que utiliza transporte coletivo seja contemplado com o vale-transporte, na forma da legislação estadual - Lei n° 9490/90. Precisamos modificar o Decreto sob n° 3974/94 que regulamentou a Lei citada, no

que se refere ao limite salarial para ser beneficiário do vale-transporte (art. 1°). Em outras palavras, precisamos garantir a todos os servidores públicos que utilizam o transporte coletivo o direito ao benefício do vale-transporte, independente de salário, conforme estabelece a Lei. O limitador é a alíquota de desconto sobre o salário (art. 3° - Lei 9490/90).

Quanto ao auxílio alimentação, reina no Estado uma verdadeira bagunça. Alguns setores têm, outros não. É preciso garantir aos servidores, e a todos, o direito ao vale alimentação. Em muitos lares de servidores públicos existem "briqas" para ver quem se alimenta. Uma vez implantado este benefício, com certeza a produção no serviço público seria aumentada, com "lucro" para o próprio Estado. Trabalhar de "barriga vazia" é sinônimo de improdutividade. Sobre isso é preciso que a administração pública cumpra com as disposições da Lei Estadual n° 11.034/94, inclusive que proceda a sua regulamentação, com a urgência que o assunto requer.

No que se refere a creche, é um direito de qualquer cidadão, e especialmente da criança. O Estado precisa garantir que a servidora ou o servidor pai tenha um "quantum" em pecúnia para assistir o seu filho na idade pré-escolar, aliás, como tem todo o trabalhador neste País.

Assim, os benefícios sociais supra, são direitos dos servidores enquanto trabalhadores, e sem dúvida, uma vez implementados, contribuirá para uma maior produtividade nos serviços públicos prestados a população.

Além disso, as autoridades públicas estaduais precisam cumprir com os diplomas legais supra declinados, sob pena de afrontarem o princípio da legalidade e serem responsabilizados pelas condutas omissivas.

05. Valorização do servidor público e melhoria nas condições de trabalho.

Valorizar o servidor é dar-lhe perspectiva profissional enquanto trabalhador. Para isso, é preciso um salário digno, política salarial, PCCS's, enfim, é preciso alterar a atual situação.

É necessário que o Estado do Paraná, implemente uma política de educação, formação, reciclagem e aperfeiçoamento dos servidores, com a participação das entidades que os representam.

É preciso limitar a exploração dos trabalhadores no serviço público, representado pela intermediação de mão-de-obra. O Estado gasta o dobro do que paga aos servidores com os contratos de vigilância, asseio e conservação, aliás, paga duas vezes, eis que, muitas empresas, enganam os trabalhadores e depois o Estado como responsável solidário, na justiça trabalhista.



ta, tem que repetir o pagamento a esses trabalhadores. Para comprovar essa afirmativa é só consultar os órgãos públicos que intermediam mão-de-obra no Estado.

Os mirins e estaquiários são a mão-de-obra barata para o Estado.

As consultorias e assessorias, muitas vezes são contratados a "peso de ouro", ganhando até dez vezes do que percebem os servidores que executam os trabalhos.

O repasse de recursos públicos às instituições privadas, para contratação de trabalhadores é assustador. Basta verificar o "quantum" repassado neste Governo para a FUNPAR, CEAU/Unilivre, entre outras.

A criação de cargos também é outra característica deste Governo, inclusive, cria-se cargos e mantém-se os antigos cargos celetistas, como ocorre na FUNDEPAR, IAP, etc.

Para resolver isso, o Fórum propõe que a mão-de-obra intermediada no Estado do Paraná, inclusive os Cargos de Assessoramento Superior, não possam ultrapassar a 10% dos cargos existentes. Para tanto, basta que se edite uma lei neste sentido.

Tudo isso é valorizar o servidor público.

Para melhorar as condições dos locais de trabalho, basta que o Governo aplique e cumpra a Lei 10.692/92, entre outras.

É preciso implementar as vistorias nos locais de trabalho, minimizando e extinguindo os locais inadequados. Os profissionais que exercem atividades insalubres e perigosas precisam ser contemplados com os adicionais respectivos, incidindo sobre o salário do servidor. Chega de omissão da SEAD sobre o tema.

É preciso implantar no serviço público um programa de medicina ocupacional. Urge que haja programas de combate ao alcoolismo, drogas e tabagismo no âmbito do serviço público.

Tantas outras iniciativas são necessárias e que o Governo deveria implementar, para que os servidores, como qualquer outro trabalhador, tivesse garantido o seu direito a saúde no trabalho.

06. Pagamento corrigido dos precatórios judiciais.

O Estado do Paraná desperdiça recursos e tempo com a política de pagamento não corrigido dos precatórios judiciais.

Pior que isso, prejudica os servidores públicos.

A cada precatório pago pelo Estado, não corrigido, importa em pedido de correção pelo servidor. Isso significa que a P.G.E., deverá designar um advogado para acompanhar o caso, (que poderia estar procedendo e execução dos créditos fiscais inscrito em dívida ativa) e sempre, deverá atualizar o débito. Em outras palavras, o

Estado "empurra com a barriga" sua dívida, em prejuízo aos servidores, e ao cofre público.

Sobre isso, o Fórum já tentou discutir com o Governo uma solução total da dívida trabalhista, que representaria economia de recursos e de tempo para que os advogados do Estado possam fazer outras atividades importantes, como a citada acima.

Quitar os precatórios corrigidos é dever do Estado e direito dos servidores, aliás, como tem decidido os tribunais trabalhistas do Brasil.

07. Reenquadramento dos servidores em desvio de função.

O princípio da legalidade é o norte verdadeiro para o gestor público.

No caso desta reivindicação isso ocorre. O art. 63 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná - Lei n° 6.174/70, veda o exercício do poder de polícia aos servidores em disfunção. Porém, isso não é respeitado pelas autoridades públicas, com prejuízos aos serviços executados.

O particular que se sentir prejudicado poderá invocar o abuso de poder do servidor que pratica qualquer ato que não seja inerente ao seu cargo. Além disso, é direito e dever do servidor executar somente as atividades atribuídas ao seu cargo. Sobre isso, é preciso que a SEAD realize um amplo levantamento, em todos os órgãos públicos do Estado visando apurar as disfunções, procedendo as correções devidas, na forma do Estatuto do Servidor Público Estadual.

Esse é um pleito que os servidores reivindicam para o cumprimento da lei.

Para execução do reenquadramento, já que a P.G.E., entende ser necessário o concurso público, o Estado poderia, aliás, como o governador fez na Prefeitura de Curitiba quando era Prefeito, realizar concursos de efetivação para os servidores em disfunção. Se foi legal para a Prefeitura, deve ser legal para o Estado.

8. Direito a Licença Especial.

Os servidores tiveram que submeter esta reivindicação à Justiça Estadual, aliás, onde está tramitando uma ação de Mandado de Segurança.

Sobre o pleito, estamos anexando uma proposta de mensagem de lei para solucionar o caso, na forma do parecer 198/95-PGE.

Esta é uma reivindicação justa que o Governo do Estado deverá, ao nosso ver, implementar aos ex-servidores celetistas.

Caso não seja implementada a reivindicação, o Estado do Paraná, num futuro próximo, arcará com demandas judiciais que importarão em vultosas somas de recursos, através de ações de indenização, dos ser-



vidores prejudicados pela negação deste direito.

Por isso, entendemos que o Estado deverá, imediatamente, remeter a Assembléia Legislativa proposta de solução da questão, inclusive estamos fornecendo subsídios para tanto, na forma do documento em anexo (mensagem de lei).

Reafirmamos, a licença especial prevista nos artigos 247 e seguintes do Estatuto do Servidor Público Estadual - Lei n° 6.174/70 é um direito inquestionável dos servidores abrangidos pela Lei n° 10.219/92, que transformou os empregados em cargos públicos, na forma do art. 70, do Diploma Legal referido.

9. Ampliação e melhorias dos serviços prestados pelo IPE e a implantação de Conselho de Administração Paritária.

Não precisamos divagar sobre os péssimos serviços prestados pelo IPE, na área de saúde, aos servidores Estaduais.

Tal situação foi ainda agravada com a omissão do Governo do Estado, sonegando os recursos que deveria ter repassado ao nosso Instituto de Previdência, na forma do art. 69, § 1°, da Lei n° 10.219/92.

É claro que sabemos que o IPE, tem como atribuição principal a gestão previdenciária dos servidores. Porém, pela lei supra declinada, também gerencia a questão da saúde dos servidores, e por isso, precisamos exigir seu cumprimento.

Se a situação do IPE é calamitosa e agravada, os imóveis do nosso Instituto de Previdência continuam a ser ocupados por vários órgãos públicos, sem que, paguem alugueres condizentes com o mercado. Se a situação fosse revertida, com uma administração imobiliária competente do IPE, com certeza, a situação, em parte, seria revertida.

Além disso, o IPE precisa ser democratizado na sua gestão. Isso poderá ocorrer com a efetiva participação, paritária, das representações dos servidores no Conselho de Administração. Estamos propondo alterações legais visando que o IPE tenha um Conselho de Administração que contemple seus usuários e seus gestores públicos. Para tanto, basta que seja alterada a lei que trata do assunto, efetivando na gestão colegiada do IPE, ou seja, igual número de representantes dos Servidores, em relação aos conselheiros indicados pelo Poder Público, aliás, isso é princípio elementar de democracia na administração pública.

Também é necessário a incorporação do Hospital Militar ao IPE, eis que, quem mantém aquela unidade hospitalar é o Estado do Paraná, inclusive, o IPE dispense recursos significativos com o Hospital. Essa é outra providência que ajudará a resolver e melhorar o sistema de saúde para os servidores Estaduais.

10. Reinstituição do Fundo de Previdência.

É preciso, urgentemente, recriar o Fundo de Previdência Estadual. Fazemos essa assertiva porque, temos certeza, que se assim não for feito, num curto espaço de tempo, a gestão de pessoal no Estado do Paraná, estará totalmente inviabilizada. Porém, é preciso que ocorra um processo de discussão sobre o tema. O Poder Legislativo já deu o "ponta pé inicial", com o projeto de lei do Deputado Eduardo Trevisan. Em contrapartida os Sindicatos, através do FÓRUM, está discutindo o assunto, e proporá alterações que entender cabíveis.

Por exemplo, é preciso restar garantido que o Estado do Paraná restituirá os valores que foram apropriados indevidamente do Fundo de Previdência anteriormente existente, bem assim, que seja regulamentado o artigo 38 da Constituição Estadual - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inclusive, punindo-se os gestores públicos que se apropriaram indevidamente dos recursos do Fundão.

Caso fosse implementada a proposta de recriação do Fundão, segundo a própria Secretaria de Fazenda, a despesa com pessoal seria reduzida em 21% (atual custo dos inativos na folha de pagamento) o que propiciaria recursos para a concessão de um índice de reposição salarial, ainda no mês de junho.

Portanto, interessa a todos servidores, governo e população e reinstituição do Fundo de Previdência Estadual.

### Conclusão

Neste arrazoado, foram propostas várias alternativas para a concessão de um índice de reposição salarial aos servidores estaduais, no mês da nossa data, que é 1° de junho, na forma da Lei n° 9547/91 - art. 3°.

Também foram sugeridas várias medidas de caráter legais/administrativos que se acatadas pelo Governo do Estado melhorariam as condições de trabalho e de vida dos servidores, eis que, possibilitariam melhorar a arrecadação estatal e racionalizar os serviços públicos.

Esperamos que todas as nossas contribuições sejam objeto de análise e crítica, pelo Governo do Estado, e colocadas no processo negocial.

O que não pode perdurar é a "surdez" das autoridades públicas.

Nós servidores queremos a melhoria dos serviços públicos prestados a população do Paraná. E para que isso ocorra é preciso salários dignos, melhoria das condições de trabalho e, principalmente, democracia nos serviços públicos, com permanente processo de conversação e negociação das autoridades com as representações sindicais dos

servidores.

Governo, servidores e população, com democracia e respeito mútuo poderão, com certeza, alterar a realidade existente na gestão pública. E para melhor.

É o que pretendemos!

# REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de encaminhar mensagem à Assembléia Legislativa, criando mecanismos que possibilitem corrigir as injustiças que vêm sendo cometidas com o servidor público, proporcionando igualdade de condições de atendimento à saúde, compatível com as diretrizes do IPE (Instituto de Previdência do Estado), em especial aos servidores do interior do Estado, onde constata-se condições de extremo abandono.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) JOEL COUMBRA

## JUSTIFICATIVA:

S.O.S. IPE - Situação de Emergência da Previdência do Estado.

A situação do IPE relativamente ao interior do Estado, mais especificamente em Maringá, é de extrema emergência.

Especificamente com relação à Maringá os servidores do Estado não estão sendo atendidos sistematicamente em nenhuma área de cobertura da Previdência do Estado. Tanto que não estão sendo concedidas consultas especializadas, exames de todos os tipos, dentre outros atendimentos afetos ao IPE.

A situação de Maringá, assim como do interior como um todo é tão calamitosa que os servidores para conseguirem se consultar ou obter exames de qualquer tipo estão tendo que pagar taxas extras cobradas pelos médicos e laboratórios credenciados como condição para que os referidos atendimentos sejam efetuados.

De conhecimento dos servidores que no entanto em Curitiba e Londrina a situação é totalmente diferenciada, onde os servidores destas cidades são regularmente atendidos em razão de nestas cidades o IPE possuir estrutura própria como hospitais, farmácia, etc., motivo pelo qual somente nestas cidades os servidores são atendidos sem problemas como os que se verifica nas demais regiões do interior do Estado. Desse modo os servidores do Estado não possuem um plano de saúde homogêneo e isonômico.

Em Maringá relativamente aos servidores acidentados, nenhum hospital dá atendimento nesta área, tendo que também pagar taxas extras, exames, etc..

O caso mais típico é o dos servidores da UEM que para conseguirem realizar Tomografia têm que recorrer ao auxílio econômico de colegas e da própria Instituição que ultimamente tem que desembolsar por conta própria parte dos valores necessários.

A situação de caos acima relatada se dá basicamente em razão de o Estado não efetuar o repasse a que legalmente está obrigado, sendo necessária a regulamentação da Lei do IPE, que define o percentual de 2% de repasse automático com base na folha de pagamento do funcionalismo do Estado.

Há também a necessidade do pagamento da dívida do Estado junto ao IPE (conf. Ofício n° 335/95, em anexo), sob pena de ocorrer a rescisão dos convênios hospitalares e laboratoriais existentes e que estão prestes a ocorrer. Sendo desta forma necessária intervenção política urgente para solucionar o problema.

Seque em anexo o Ofício n° 335/95, subscrito pelo anterior Superintendente do IPE que denuncia claramente a situação acima brevemente abordada e pelo qual dá para se ver que a situação dos servidores no interior do Estado, mais especificamente de Maringá, é de extremo abandono político.

Obs. - não existem por enquanto dados numéricos a respeito da abordada situação, dado que as informações são de difíceis apurações junto ao órgão em tela. O que se sabe é enquanto em Curitiba e Londrina são disponibilizadas 27.500 consultas médicas/mês, havendo um déficit relativamente às demais regiões do interior do Estado na ordem de 105.000 consultas/mês.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício n° 335/95 GAB/SUPER

Curitiba, 27 de junho de 1995.

Senhor Secretário.

O IPE foi criado através da Lei n° 4.339 de 28 de fevereiro de 1961, com a finalidade de promover e desenvolver a previdência e assistência social em favor dos servidores públicos e dos seus respectivos dependentes, por meio de pensão mensal, seguros de vida, seguros gerais, auxílio funeral, assistência médica, hospitalar e dentária.

A Lei n° 4.766, de 13 de novembro de 1963, estabelecia no seu artigo 13:

"O Estado contribuirá mensalmente com 3% (três por cento) sobre a quantia da retribuição dos seus servidores inscritos obrigatória ou facultativamente no regime de pensão para aplicação exclusiva de assistência médica-hospitalar...".

O servidor público contribuía com 8% (oito por cento) do seu salário, para pa-

pagamento de pensão a seus dependentes.

Desde o início a verba destinada à assistência médica era insuficiente e seu déficit era coberto pelos 8% (oito por cento) destinados à pensão.

O IPE pode, durante o período de 1961 a 1990, apoiado, principalmente, nos 8% (oito por cento) destinados à pensão, oferecer ao servidor um serviço modelo, digno do desenvolvimento do Estado, porém comprometendo o pagamento futuro das pensões.

O artigo 69 da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, determina:

"O Estado do Paraná instituirá, dentro de 60 dias da vigência desta lei, um plano complementar ao SUS, através de seguro saúde.

§ 1° - Para custeio de tal atividade, serão destinados recursos da ordem de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas".

Até junho/94, o repasse deu-se normalmente, porém foi interrompido nessa ocasião. Inúteis esforços têm sido desenvolvidos na atual gestão deste Instituto para obter o repasse da verba prevista em lei:

Hoje o servidor público do Estado não tem à sua disposição um plano de saúde homogêneo e isonômico. Os contratos de prestação de serviços com os hospitais não podem ser ampliados, pois novos convênios certamente ensejarão novas despesas, sendo que a receita atual é insuficiente para cobrir as despesas já existentes. Além disso, os hospitais já contratados ameaçam rescindir os contratos, pois, devido as dificuldades de repasse, nem sempre se pode honrar os compromissos e seus prazos.

Em Curitiba e Londrina, são disponibilizadas 27.500 consultas médicas por mês, sem a participação financeira do servidor. Nos demais municípios, a consulta médica não é oferecida aos servidores, o que tem comprometido a correta assistência à saúde dos mesmos. Há, hoje, um déficit de aproximadamente 105.000 consultas por mês no Estado.

Parcela do funcionalismo está, assim, praticamente sem atendimento algum e, à exceção de Curitiba e Londrina, não lhes é oferecida consulta médica, considerado como básico em todos os planos de saúde abertos e fechados existentes.

Empresas da administração indireta do Governo, como COPEL, SANEPAR e BANESEADO, dispõem com planos de saúde aos seus empregados cerca de 6% (seis por cento) da folha de pagamento, o que caracteriza um tratamento desigual entre representantes da administração pública.

O custo por participante, da maioria dos planos, varia de acordo com os benefícios oferecidos, mas, em geral, o valor médio apresentado é de R\$ 24,00 (vinte e

quatro reais) por beneficiário. Considerando integral o repasse dos 2% da folha de pessoal, o Governo do Estado do Paraná dispenderia, hoje, R\$ 5,00 (cinco reais) por participante, para custeio da assistência médica de seus servidores e dependentes.

Cálculos atuariais elaborados pela CONSTA - Consultoria & Assessoria de Sistemas Técnicos Ltda estabeleciam que, já em 1992, haveria necessidade do repasse de 6,05% em 1994, de 7,01% da folha global de pagamento dos servidores, para custeio da assistência à saúde.

Para uma assistência a saúde compatível com as diretrizes e o padrão de modernidade do Governo Jaime Lerner, o IPE propõe:

01) - estender o benefício da consulta médica a todos os servidores do Estado, disponibilizando-lhes, a princípio, 04 (quatro) consultas anuais e, em casos especiais (grávidas, diabéticos, cardíacos e portadores de neoplasias), 06 (seis) consultas anuais. O servidor deverá participar do custeio, responsabilizando-se pelo pagamento de 30% (trinta por cento) do valor da consulta no interior do Estado e de 50%, no caso de médicos conveniados onde haja serviço próprio, ou seja, em Curitiba e Londrina. A adoção do fator moderador de 30% nos serviços próprios deverá ocorrer posteriormente à divulgação e conscientização do funcionalismo para com os benefícios do novo plano de saúde e dos custos do mesmo.

02) - Para um atendimento diferenciado, incluindo pagamento das parcelas, valores de consultas médicas e internamentos em quartos individuais, atendimento este não oferecido hoje pelo IPE, o Instituto desenvolverá e gerenciará um plano complementar de saúde, que deverá ser inteiramente mantido pelo servidor.

A adoção destas opções vem ao encontro dos interesses do funcionalismo, manifestados no I Fórum de Debates sobre Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Esta proposição exige que seja enviada mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, alterando o parágrafo 1° do artigo 69, da Lei n° 10.219, aumentando de 02 (dois) para 4% (quatro por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, os recursos a serem destinados pelo Estado para custeio da assistência médica ao servidor público do Paraná.

Devem ser criados mecanismos que possibilitem que esses recursos sejam integral e automaticamente, repassados ao IPE, em data hábil para o pagamento dos serviços contratados, sem o que continuaremos a cometer injustiças com o servidor público.

Solicitamos a Vossa Excelência, pois, a aprovação da presente proposta e o conseqüente envio da mesma ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para posterior apreciação e elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa.

Colho a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência nossas melhores expressões de apreço e consideração.

Respeitosamente.

WALDMIR BELINATI  
Superintendente

REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar qual o motivo que vem acarretando a queda de energia elétrica na Rua Jornalista José Ernesto F. Pereira, 906 - Pilarzinho.

Essas quedas algumas vezes acontecem somente na citada rua e outras vezes é geral. Quando retornam, são muito fracas, causando muitos transtornos aos moradores, por isso estamos solicitando a referida verificação.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar qual o problema que vem ocorrendo na Av. Monteiro Tourinho, em frente ao DFR, referente ao esgoto que está escorrendo à céu aberto.

Os veículos que por ali passam espirram este esgoto nas pessoas, causando muitos transtornos a todos. Informações complementares podem ser obtidas com a senhora Isélia Inês Giraldele Reiser pelo telefone 356-3645.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em frente ao Colégio Estadual Olavo Mont'Cla-

ro, situado no Bairro de São Braz, tendo em vista que no local há muitos desocupados que fazem uso de drogas e ficam perseguindo os alunos que ali estudam.

Os pais estão preocupados, pois seus filhos não querem mais freqüentar as aulas devido as perseguições que estão sofrendo por parte desses desocupados e drogados. A situação merece uma solução imediata, pois vem acontecendo durante o dia.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 937

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Escola Municipal Professor Herley Mehl, situada no Bairro do Pilarzinho, devido em frente e nas proximidades desta escola existirem "gangs" de desocupados que ficam amedrontando os alunos e deixando os pais apavorados. Alguns alunos, com medo, saem de casa levando alguns objetos para se defenderem, o que tem causado muita preocupação.

O pedido está sendo feito pelas mães dos alunos, as quais solicitam providências urgentes, procurando-se evitar acontecimentos mais graves.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 938

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Jardim da Ordem - Tatuquara. Os assaltos a moradores que transitam pelo bairro e nas residências é freqüente, mesmo durante o dia.

A situação vem se agravando dia-a-dia, motivo pelo qual os moradores pedem o policiamento, uma vez que a maioria deles trabalha fora e não têm segurança nenhuma.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 939

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Francisco Otto e nas proximidades do Bar Três Fronteiras, situado na Rua Waldemar Portugal Freixo, no Bairro da Boa Vista. Nestes locais circulam muitos maconheiros desocupados, os quais ficam reunidos, causando pânico aos moradores.

Constantemente ocorrem roubos e assaltos nas casas existentes nas redondezas dos locais citados. Pedem os moradores que o policiamento seja determinado o mais breve possível, a fim de proporcionar maior segurança às pessoas e inibir a ação desses desocupados.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de resolver de forma definitiva o problema que vem sendo enfrentado desde 1990 pelos moradores do Bairro Roqueirão referente ao esgoto que corre a céu aberto pelas valetas. Anexo seguem cópias das nossas solicitações a seguir relacionadas: requerimento da Câmara Municipal de Curitiba Proposição n° 3280 de 06/11/90 e requerimento da Assembléia Legislativa LCM/AL/9044/95. Em junho/95 recebemos uma resposta, de n° 143/95-SME da SANEPAR, porém nada foi resolvido e a situação tornou-se mais crítica ainda.

Os moradores daquele bairro imploram uma solução para o problema através de uma correspondência que nos enviaram em 12/08 do corrente. Solicitamos desta forma, providências urgentes a fim de que toda uma comunidade seja beneficiada, uma vez que vários são os prejuízos pelos quais vêm passando, principalmente ao que se refere à saúde.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Joni Varisco, Secretário de Estado do Emprego e Relações de Trabalho, solicitando informações sobre Convênio firmado entre a Secretaria e o Ministério do Trabalho, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o objetivo de ministrar cursos de extensão,

aperfeiçoamento e reciclagem dos trabalhadores, tendo em vista denúncia recebida. Com base nesses fatos, requeremos os seguintes esclarecimentos:

1 - Se realmente foi firmado tal convênio, qual seu valor e sua data?

2 - Qual foi o processo e critério utilizado para a escolha das empresas participantes?

3 - Se as empresas escolhidas tinham tradição na execução dos serviços?

4 - Quais foram os custos e a duração dos cursos oferecidos e quais as cidades beneficiadas?

5 - Por que a Secretaria não contratou SESC, SENAI, SESI e SENAC, entidades de ação social reconhecidamente competentes no treinamento de trabalhadores?

6 - Quais foram as empresas vencedoras, qual a capacitação profissional de cada uma delas e quem são seus proprietários?

7 - Qual o valor já efetivamente recebido do Governo Federal?

8 - Se houve adiantamento dos valores contratados junto as empresas?

9 - Qual o valor já desembolsado pela Secretaria?

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, matéria publicada no Jornal Folha da Imprensa do dia 05 de setembro de 1996, intitulada de Interesses Escusos Visam Prejudicar o RAMFRINDUS.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) RENATO ADUR

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 420/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 11.260, de 21 de dezembro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Bom Jesus do Sul, com sede na localidade de Bom Jesus, desmembrado do Município de Barracão, com as seguintes divisas e confrontações:

Com o Município de Salgado Filho

Inicia no rio Capanema na foz do rio Pinhalito, sobe por este até a foz do rio

das Águas, sobe por este até a foz do rio Arrozal.

**Com o Município de Flor da Serra do Sul**

Inicia na foz do rio Arrozal no rio das Águas, sobe por este até encontrar a divisa entre os lotes 25-F e 25-D da Gleba 28 do imóvel Flores e Conceição.

**Com o Município de Barracão**

Inicia no encontro do rio das Águas com a divisa entre os lotes 25-E e 25-D da Gleba 28 FC. Deste ponto segue pela divisa entre os lotes 25-E e 25-G com os lotes 25-D e 25 da Gleba 28 FC até encontrar a divisa do lote 25-G da Gleba 28 FC e lote 26 da Gleba 27 FC com os lotes 36, 37, 35, 34, 33 e 30 da Gleba 24 FC, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 48, 35, 47, 45, 43, 44, 88 e 08 da Gleba 25-FC com os lotes 37, 36, 32, 28 e 18 da Gleba 24 FC, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 18, 5, 3 e 4 com os lotes 19, 22 e 01 da Gleba 24 FC, segue por esta divisa até encontrar o rio Pinhalito, sobe por este até a foz do córrego São Pedro, sobe por este até encontrar a divisa dos lotes 32 e 33 da Gleba 09 FC, segue por esta divisa até encontrar a divisa dos lotes 10, 09, 08, 07, 05 e 06 da Gleba 09 FC com os lotes 04, 01, 07 e 08 da Gleba 08 FC, segue por esta divisa até encontrar o córrego São José, desce por este até sua foz no rio Capanema, desce por este até encontrar a divisa entre o imóvel Flores e Conceição e a Gleba Divisor, segue por esta divisa na direção geral norte até encontrar o Lajeado Grande.

**Com o Município de Santo Antonio do Sudoeste**

Inicia no encontro da divisa entre o imóvel Flores e Conceição e a Gleba Divisor com o Lajeado Grande, desce por este até sua foz no rio Capanema, desce por este até a foz do rio Pinhalito".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

PROJETO DE LEI Nº 421/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As agências e postos bancários das instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, são obrigadas a fixar em local visível painel ou placa, medindo no mínimo 0,80 X 1,20 metros, discriminando os serviços e valores das taxas bancárias cobradas dos clientes.

Art. 2º - Competirá à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR) fiscalizar as agências e postos bancários das instituições financeiras do Estado do Paraná no cumprimento do disposto desta lei.

Art. 3º - As agências e postos bancários das instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, terão 15 (quinze dias), a partir da publicação desta lei, para cumprirem as exigências do "caput" do artigo 1º.

Parágrafo Único - As agências e postos bancários das instituições financeiras que não cumprirem o disposto na presente lei ficarão sujeitas a multas de 1.000 (hum mil) UFIR diárias, aplicadas pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON - PR.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo seus efeitos terem validade, conforme disposto no art. 3º.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) BETO RICHIA

**JUSTIFICATIVA:**

O Conselho Monetário Nacional liberou recentemente, e a nosso ver equivocadamente, a cobrança das tarifas bancárias nas instituições financeiras.

A partir desta decisão, estamos presenciando cobranças de tarifas por algumas instituições financeiras que subiram em quase 2000% (dois mil por cento), sendo o cliente o único penalizado, pois, ao não saber do aumento de tais tarifas, usa o serviço oferecido pela agência ou posto bancário e acaba sendo surpreendido no final do mês com o lançamento da despesa em sua conta corrente.

O Governo Federal alega que liberou as tarifas visando melhorar a prestação de serviços e instituir a livre concorrência entre os bancos. Entretanto, diariamente presenciamos as mais variadas reclamações e, às vezes até indignação de clientes que não tomaram conhecimento desses aumentos.

Objetivando melhorar o acesso do cliente às informações das cobranças praticadas pelas diversas instituições financeiras no âmbito do Estado do Paraná, estamos propondo que as mesmas sejam fixadas em local de fácil visualização, através de painéis ou placas. O importante é que discrimine os serviços e preços das taxas bancárias a serem cobradas dos clientes.

**Pesquisa**

Pesquisa realizada pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumi-

dor (PROCON/PR) junto às agências bancárias em Curitiba, no período de 28 a 30 de agosto último, mostrou que as tarifas apresentam diferenças expressivas de um banco para outro.

No caso dos talões de cheques, a diferença entre os bancos chega a 112,50%, sendo que o maior é cobrado pelo Banco Real, R\$ 6,80, e o mais barato é do Bamerindus e Bradesco, R\$ 3,20, por talonário de 20 folhas.

Outras diferenças expressivas podem ser verificadas: cheque administrativo: 1.269,86%; extrato em terminal eletrônico: 1.263,64%; renovação de cheque especial: 1.224%, saque no banco 24 horas: 1.328,57%, e cheque devolvido por sustação: 1.076,47%.

Vejamos quadro elaborado para se ter idéia, segundo a pesquisa do PROCON/PR, da diferença de preços das taxas bancárias hoje verificadas:

SERVIÇO	Bamerindus	C. E. F.	Brasil	Banestado
Cartão magnetico Conta comum	R\$ 4,50	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 5,20
Cartão magnético Conta especial	R\$ 4,50	R\$ 6,00	R\$ 9,00	R\$ 5,90
Cheque avulso	R\$ 1,50	R\$ 2,20	R\$ 5,00	R\$ 2,85
Cheque devolvido	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 8,00	R\$ 1,29
Débito autorizado pelo cliente	R\$ -----	R\$ 0,68	R\$ -----	R\$ -----
Extrato terminal eletrônico	R\$ 1,10	R\$ 0,80	R\$ 1,00	R\$ 0,90
Cheque avulso	R\$ 1,50	R\$ 2,20	R\$ 5,00	R\$ 2,85
Saque Banco 24 horas	R\$ -----	R\$ -----	R\$ 0,85	R\$ 1,00
Talão de cheques c/ 20 fls	R\$ 3,20	R\$ 3,60	R\$ 4,50	R\$ 3,60
Cadastro pessoa física	R\$ -----	R\$ 10,00	R\$ 15,00	R\$ 15,20
Cheque devolvido por sustação	R\$ 6,54	R\$ 5,00	R\$ 1,00	R\$ -----
Extrato cópia microfilmado	R\$ 1,10	R\$ 5,00	R\$ 4,50	R\$ -----

Esperamos que o presente projeto de lei, que busca unicamente ser um instrumento elucidativo aos cliente que utilizam os serviços bancários em território paranaense, seja acolhido por esta augusta Assembléia.

PROJETO DE LEI N° 422/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam introduzidas as seguintes alterações à Lei n° 8.933, de 26/01/1989:

§ 1° - Alíquota de 30% (trinta por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- gasolina e álcool anidro para fins combustíveis.

Art. 2° - Alíquota de 17% (dezessete por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- álcool hidratado para fins combustíveis.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de / / , revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

DO MOMENTO HISTÓRICO DO PARANÁ

A economia brasileira, com a abertura dos mercados internacionais, atravessa ex-

cepcional fase de intercâmbio. A estabilização econômica está ancorada, sem qualquer dúvida, nesta capacidade de inter-relacionamento político e econômico, que o Brasil possa desempenhar no mercado internacional.

As exportações começam a ser estimuladas, como forma de equilíbrio para o ingresso e aporte de tecnologia e capitais produtivos em nosso país. O Congresso Nacional, está em fase final de isentar os produtos primários - como estímulo as exportações. O impacto destas medidas, salutar para a economia nacional, criam ao Estado do Paraná, uma defasagem na sua arrecadação, porquanto a nossa principal produção (soja, milho, café, trigo, feijão) deixa de contribuir com o ICMS, que é a principal fonte de arrecadação estadual. Mecanismos de compensação, foram em parte armados pelo Governo Federal, por algum tempo, até que possam os Estados, proverem-se de outros meios de arrecadação.

Urge pois, encontre o Paraná, mecanismos que assegurem ao seu Governo Estadual, dispor de receita necessária e suficiente, quando terminarem as compensações federais.

A proposta que trago à Assembléia Legislativa, tem entre outros, o primordial objetivo de ser um destes mecanismos fiscais e um incremento a melhoria e expansão da capacidade produtiva do Paraná. O aumento da produção de cana-de-açúcar para que aumentemos a exportação de produtos industrializados como o álcool e o açúcar, nos assegurarão no futuro de formidáveis



fontes de arrecadação e desenvolvimento social, além de serem a solução definitiva para o urgente problema do meio ambiente.

#### A CONSTANTE AMEAÇA DO PETRÓLEO

Rastou o Presidente Clinton, determinar um ataque ao Iraque, e de imediato o preço do petróleo explodiu nas bolsas. Assim tem sido a cada tumulto internacional e assim será até que haja petróleo no mundo.

Como bem diz o artigo do Professor Maurício Tolmasquim, do Programa de Planejamento Energético da Universidade do Rio de Janeiro, publicado pela Folha de São Paulo, deste o último domingo, 07.09.96, que "a história do petróleo simboliza a luta pelo poder. Seu preço não pode ser analisado simplesmente sobre a ótica das teorias econômicas. Sem dúvida ele sofre a influência das tendências de oferta e demanda e de custo marginal de longo prazo, mas também é resultado da relação de forças existentes entre os diferentes atores sobre o mercado e das condições geopolíticas existentes. A repartição extremamente desigual, diz o consagrado professor, das reservas de petróleo (cerca de 65% se encontram no Oriente Médio) e o fato de ser a principal fonte de abastecimento energético de diversos países conferem ao petróleo um caráter indiscutivelmente estratégico".

O Brasil encontrou no álcool da cana-de-açúcar a saída, como fonte energética renovável e não poluente. E o Paraná, se adotar a nossa proposição, poderá não só a curto prazo, prover a perda da isenção do ICMS da nossa soja, milho, trigo e feijão, mas o que é mais importante, se inserir definitivamente num caminho de desenvolvimento auto-sustentável, gerando empregos, receita e retendo no campo a generosa mão-de-obra de nossos trabalhadores.

O certo é que um dia o petróleo findará, como certo é que, tornou-se responsável pela péssima qualidade de vida das grandes cidades, em que até os rodízios de veículos, são impostos à população, como forma de amenizar a poluição ambiental. O petróleo infelizmente também tem trazido o desassossego para as atuais gerações que dele dependem, pois passou a ser um dos grandes poluidores do planeta.

Aos legisladores e governantes, cabem propor as soluções, encontrarem as saídas, estimularem os setores da economia para atividades não poluentes. Mas também é tarefa e obrigação dos governos, desestimularem os meios e atividades que se mostram nocivos à saúde. E estarem alertas para o futuro, como devemos pensar a longo alcance com os olhos no próximo século, quando terminarão as reservas petrolíferas.

Tenho pois a honra de colocar a socie-

dade paranaense esta minha proposta que visa estimular a produção de álcool e açúcar, ao mesmo tempo em que desencoraja o consumo de gasolina e diesel. São razões de técnica fiscal, mas alicerçadas com extremo rigor científico e com o mais alto objetivo de defesa da saúde pública e da qualidade de vida da nossa população.

A iniciativa do Prefeito Rafael Greca, de fazer com que Jardineiras movidas a álcool, percorram a ecológica Curitiba, comprova que falta apenas a vontade política de encontrarmos os novos caminhos em que a qualidade de vida, seja condição "sine qua non" de sobrevivência deste planeta.

Vejamos quais são estas razões científicas, técnicas, políticas e ambientalistas que me levam a propor uma reforma fiscal, com objetivos sociais, e econômicos.

#### 1. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO ICMS

1.1. A Constituição Federal, no Art. 155, encarregou os Estados, através de leis, estabelecerem as alíquotas internas.

1.2. Em obediência a suma Constitucional, os Estados editaram suas leis. No Paraná, a Lei n° 8.933/89 normatizou a matéria regulamentada hoje pelo Decreto n° 1.511/96.

1.3. No Art. 23 da Lei Estadual n° 8.933/89, estabeleceu as alíquotas incidentes em cada operação, segundo os parâmetros constitucionais informados.

1.4. No tangente as alíquotas, os estudiosos são unânimes ao afirmarem, que a Constituição Federal deixou a cargo dos Estados, a variação de alíquotas nas operações internas, sujeitas as ingerências do Senado no estabelecimento das alíquotas mínimas e máximas:

"Art. 155 - ...

§ 2° - O imposto...

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por terços de seus membros".

Conforme salienta o Professor Roque Antonio Carrazza, notável tributarista e Procurador de Justiça do Estado de São Paulo: "estas resoluções não poderão fixar as alíquotas do ICMS, mas apenas, suas alíquotas mínimas e suas alíquotas máximas.

1.5. Segundo estudo a propósito, em obra dedicada inteiramente ao ICMS, lembra o mestre:

"É evidente que as alíquotas do ICMS são estabelecidas pelo legislador ordinário de cada Estado-membro e do Distrito Federal. Apenas, a Constituição deu à União, representada pelo Senado, a possibilidade, para evitar eventuais abusos, estabelecer parâmetros mínimos e máximos que a legislação local deverá observar.

Segundo nos parece, esta verdadeira "válvula de escape" do sistema foi concebida para ser utilizada se houver interesse nacional em evitar grandes disparidades entre os Estados-membros (ou entre estes e o Distrito Federal), na tributação por via de ICMS".

1.6. Portanto, a variação das alíquotas em cada Estado, obedecerá os princípios da proporcionalidade e seletividade. Em estudo alentado sobre esses princípios, a Professora Cecília Maria Marcondo Hamati, Procuradora da República e Doutora em Direito Público, leciona:

"Para a fixação do modo de se aplicar a graduação do tributo, o princípio da proporcionalidade aparece para impor uma graduação aritmética da imposição tributária, de sorte que o que estabelece o aumento ou a redução da exação tributária vem a ser a respectiva base de cálculo".

1.7. Quanto ao princípio da seletividade, afirma:

"Já o princípio da seletividade importa a intervenção do Estado por meio do tributo, tendo como escopo estimular ou desestimular o desenvolvimento de um ou outro setor econômico, de acordo com critérios estabelecidos com o escopo de auxiliar o desenvolvimento daqueles menos favorecidos".

1.8. Decorre que a seletividade parte da essencialidade do produto, motivando o manejo das alíquotas: "Por outro lado, a diferenciação da alíquota pode ter fundamento na essencialidade do produto objeto do tributo".

1.9. Em consonância aponta a douta professora: "Assim, o dito preceito Constitucional objetiva o alcance do desenvolvimento sócio-econômico de maneira uniforme, harmoniosa e equitética". Ou, como já havia manifestado: "O princípio da seletividade imposta a intervenção do Estado por meios do tributo, tendo como escopo estimular ou desestimular o desenvolvimento de um ou de outro setor econômico...".

1.10. Tem-se assim, que a Lei Estadual

n° 8.933/89 situou os combustíveis, com exceção do óleo diesel, na categoria dos não essenciais, em razão da essencialidade, considerando esses combustíveis como "produtos de luxo" como os classifica o eminente Paulo de Barros Carvalho.

1.11 - É notório porém, que ao elencar na mesma alíquota, dois combustíveis de origens diferentes e com repercussões econômicas, ambientais e sociológicas, absolutamente diferenciadas, a Lei n° 8.933/89 abandonou os comandos Constitucionais, no ponto onde mais poderia beneficiar este Estado: os princípios da seletividade, proporcionalidade e essencialidade.

1.12 - Com efeito, diferente são os dois produtos: Gasolina e Alcool Combustível, embora sirvam ao mesmo fim.

## 2. ASPECTO SOCIOLÓGICO

2.1 - O álcool é produzido em nosso Estado, partindo da lavoura de cana, responsável por 70 mil empregos direto e indiretamente mais de 500 mil pessoas dependem do setor.

2.2 - A ocupação nessa lavoura ocorre principalmente por pessoas sem qualificação de mão-de-obra, as quais teriam dificuldades em engajarem-se em outras atividades e que, porém, nesta, auferem sustento, com nível salarial médio acima de 3 salários mínimos mensais, piso superior aos pagos pela maioria das prefeituras e outras atividades privadas.

2.3 - Ao lado da atividade agrícola, o setor industrial emprega mão-de-obra qualificada em constante evolução e crescimento, com níveis salariais acima da média dos demais setores da iniciativa privada e incomparavelmente superior ao do setor público, com a mesma formação.

2.4 - Ao mesmo tempo, o setor sucroalcooleiro vem ocupando terras antes improdutivas ou semi-produtivas, desenvolvendo regiões antes ocupadas por monocultura no noroeste paranaense, gerando por consequente, empregos, impostos e tecnologia.

2.5 - Com o crescimento do setor, as indústrias e atividades afins e periféricas avançaram.

Antes a manutenção dessas indústrias era monopólio do Estado de São Paulo. Hoje nosso Estado possui tecnologia e pessoal capacitados a reparar, revisar ou montar a indústria produtora de álcool.

2.6 - É relevante salientar que a destilaria sofre após cada safra anual, com-

pleta revisão e reparos, com desmonte integral da indústria, gerando por consequência novos empregos, utilização de materiais e insumos.

2.7 - Surgiram então em razão dessa atividade, pequenas fábricas de componentes, pessoal especializado nesse setor, com a vantagem da certeza do consumo, pois repita-se, o reparo é anualmente inevitável.

2.8 - O setor sucroalcooleiro, para alcançar o nível de produtividade atual, dá a terra tratamento de primeiro mundo, com a conservação de solo sem reparos, aplicação de fertilizantes e adubação orgânica adequadas, principalmente, com a correção de solo permanente, utilizando produto igualmente paranaense que é o calcário.

2.9 - Portanto, enquanto a gasolina centraliza um pequeno número de pessoas em seu refino, sem possibilidade de ampliação, a produção de álcool situa-se em variadas regiões no interior do estado, envolvendo significativo contingente humano em suas diversas etapas, pronta para ser ampliada.

2.10 - A propósito, no período de 1991 a 1996, o setor apresentou crescimento de 95,24% no nível de emprego: saltando dos 37.800 empregos em 91 para 73.800 na safra presente 96/97.

2.11 - Enquanto a gasolina apenas sofre o refino em nosso Estado, fato que pode ser a qualquer tempo modificado, passando o refino a outro Estado, o álcool advém de produto integralmente aqui produzido, começando pelo preparo da terra, passando pelo cultivo da cana, colheita, moagem e destilação. Essas atividades tendem a aumentar com a possibilidade de exportação do álcool, de largo interesse no mercado externo. Sempre mantendo-se todas as etapas aqui no Estado.

2.12 - O setor por império de lei, aplica em assistência social 1% do faturamento da cana, 2% do faturamento do álcool e 1% do faturamento do açúcar, estimado para essa safra 96/97 o montante de R\$ 12.266.607,57 distribuídos em assistência médica e hospitalar; assistência recreativa; auxílios sociais de alimentação e nutrição.

2.13 - Vê-se que do ponto de vista social, qualquer comparação que se faça, as vantagens do álcool sobre a gasolina é dimensionalmente gigantesca. Em outro ponto é ainda mais, trata-se do ambiental.

### 3. ASPECTO AMBIENTAL

3.1 - A discussão hoje não gera qualquer controvérsia. A gasolina é infinitamente mais poluente que o álcool. Centenas de estudos comprovaram. Nosso Estado prima pela qualidade ambiental. Do ponto de vista ecológico, nossas reservas florestais, nossos bosques nas grandes cidades, oferecem qualidade inegável.

3.2 - A Fundação Theodoro Souto, de São Carlos - SP., entidade preocupada com os efeitos da poluição, em estudo científico constatou:

"As equações estequiométricas que aparecem nas páginas seguintes, atestam, com evidência científica, a grande vantagem do motor a álcool sobre o motor a gasolina, ou diesel, ou gás, com relação à poluição atmosférica pelo gás carbônico - CO<sub>2</sub>.

Esses combustíveis, derivados do PETRÓLEO, têm sido responsáveis neste século, pelo efeito estufa, com alterações climáticas em todo planeta Terra, as quais estamos vendo na forma de enchentes, inundações, vendavais, extremos de temperatura, perturbações elétricas e magnéticas, traduzidas em grandes desastres."

3.3 - Na apresentação do trabalho acima, o professor Romeu Corsinini, Presidente da Fundação, saúda a era álcool, enfatizando:

"Felizmente, o álcool combustível, que o Brasil evidenciou ao mundo nos últimos anos, traz uma solução quase milagrosa para o problema, permitindo não só reduzir o efeito estufa como eliminá-lo completamente, tornando nossa atmosfera mais saudável do que aquela que existiu para nossos antepassados, antes da era do PETRÓLEO."

3.4 - Demonstra o estudo, que para produção do álcool, a natureza pelo processo da fotossíntese, retira gás carbônico do ar. Menciona o trabalho:

"Para produzir 1 litro de álcool conso-me-se 1,6 Kg açúcar: por sua vez esta quantidade de açúcar, para ser produzida na fotossíntese, retirou da atmosfera 2,347 Kg CO<sub>2</sub> e incorporou à atmosfera 1,707 Kg O<sub>2</sub>.

Mas este açúcar não foi produzido isoladamente e sim em conjunto com a celulose, hemicelulose, lignina, amido, etc., que formam, em conjunto, a biomassa vegetal (cana de açúcar, no exemplo). Como o açúcar aparece nessa biomassa na proporção de 10% aproximadamente, a produção de 1 litro de álcool exige a produção pela fotossíntese de uma quantidade de biomassa que retira da atmosfera no mínimo 23,47 Kg CO<sub>2</sub> (Nota 1) e incorpora a essa mesma atmosfera cerca de 17,07 Kg O<sub>2</sub>."

3.5 - Comentando a constatação acima, o trabalho oferece diagnóstico e projeta solução interessante:

"Pelos equações acima, conclui-se que 1 motor à álcool compensa a poluição em CO<sub>2</sub> causada por 10 motores a gasolina, (Nota 2). Em termos práticos, quando tivermos, no mundo, 40 milhões de veículos a álcool estaremos compensando a poluição dos 400 milhões de veículos que usam combustível derivado de PETRÓLEO; o efeito estufa deixará de crescer. Quando tivermos mais de 40 milhões, começaremos a limpar, globalmente, a atmosfera terrestre, diminuindo o CO<sub>2</sub> e aumentando o O<sub>2</sub>. Desse total de CO<sub>2</sub> retirado da atmosfera no processo da fotossíntese, necessário à produção do açúcar e do restante da biomassa, correspondentes a 1 litro de álcool, devemos descontar 2 parcelas." (Grifamos)

#### 4. QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

4.1 - A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Fisiologia, publicou em seu órgão de divulgação oficial, trabalho denominado: "Estudo Comparativo da Toxicidade dos Gases de Exaustão de Automotores a Álcool e Gasolina."

4.2 - No resumo do trabalho acima, constata-se:

"Um estudo comparativo da inalação de automotores a álcool e gasolina foi realizado, de modo a se investigarem os potenciais efeitos sobre a saúde. Atmosferas-teste de monóxido de carbono, exaustão de etanol e gasolina foram oferecidas a ratos Wistar e camundongos Balb C por um período de cinco semanas. A concentração dos gases e os parâmetros físicos foram monitorados continuamente durante o período de exposição, tais como provas de função pulmonar, teste de mutagenicidade, avaliações bioquímicas, hematológicas e morfológicas.

Os resultados demonstraram que a toxicidade do automotor alimentado a gasolina é significativamente maior que a do automotor a álcool." (Grifamos)

4.3 - Os danos a saúde, causados pelo uso do motor movido a gasolina, demonstrados nos testes laboratoriais, espantam:

"A obstrução de vias aéreas apresentada pelos animais do grupo gasolina, em relação aos outros dois grupos tem como repercussão morfológica o maior grau de lesão ao nível de vias aéreas, tais como bronquite folicular e necrotizante, além de bronquiectasias e obstruções por 'rolhas' de secreção, apresentadas pelos animais submetidos ao motor a gasolina."

4.4 - Em confronto, nota-se sem sofisma, que o álcool contribui na "faxina" at-

mosférica quando de sua produção, com a absorção do gás carbônico pela fotossíntese, através da cana.

Quando utilizado como combustível, os testes e estudos da Sociedade Brasileira de Pneumologia demonstra "significativa" desvantagem da gasolina.

4.5 - Aliás, isso hoje é desnecessário aludir, pois Lei Federal, nascida da iniciativa pioneira do Paraná, Estado primeiro a impor essa obrigação, determina mistura de 22% de álcool anidro à gasolina, com o objetivo de diminuir o estrago nefasto produzido pela gasolina à atmosfera.

4.6 - Visto como acima, as comparações no campo social e ambiental, demonstrou as enormes diferenças entre os dois combustíveis, um o álcool, com repercussão favorável e outro a gasolina, verdadeiro problema ecológico e à saúde.

4.7 - Decorrentemente, as alíquotas do ICMS, para não afastar os princípios constitucionais da seletividade, essencialidade e proporcionalidade, instrumentos para estimulação e desestimulação do uso de determinados produtos, como mencionou a Doutora Cecília Maria Marcondes Hamati, devem ser adequados a essas realidades.

4.8 - O Álcool, conforme salientado, deve ser estimulado, pois disso decorre as vantagens sociais e ambientais apontadas.

O uso da gasolina, dentro do possível deve ser desestimulada, em face dos efeitos nefastos que acarreta.

Dai serem proporcionais: elevando da gasolina e rebaixando a do álcool.

4.9 - Justifica-se plenamente essas mudanças, pois o estímulo a nível de consumidor só ocorrerá com vantagens econômicas quando do abastecimento, pois a pequena diferença hoje existente não o estimula.

4.10 - Do ponto de vista técnico, já não se discute a perfeita adequação do veículo a álcool.

O estímulo assim, deve agora partir do preço, oferecendo ao consumidor um combustível genuinamente paranaense, limpo e por preço inferior ao da gasolina.

4.11 - Aquando com essas indicações, o Estado do Paraná estará oferecendo aos outros Estados, mais uma vez, solução simples, barata, eficiente, como o transporte urbano de Curitiba, que hoje serve de paradigma para o mundo.

## 5. FATOR ECONÔMICO

5.1 - A proposta de diminuição da alíquota sobre álcool, não acarretará nenhum prejuízo na arrecadação do Estado, na medida que elevará a alíquota proporcionalmente da gasolina. A mudança é neutra, no tangente a arrecadação, no primeiro momento, e após, com o estímulo gerado acarretará crescimento.

5.2 - Considerando a necessidade de estimular também o produtor, o qual encontra-se desde há muito tempo com seus preços defasados, o diferencial da elevação da alíquota da gasolina e do álcool anidro a ela adicionado, poderá proporcionalmente diminuir da alíquota do álcool hidratado,

fato que beneficiará o consumidor com a baixa do preço final do álcool, e ainda, reduzir mesmo que seja minimamente, a base de cálculo do álcool, resultando pequeno aumento ao ganho do produtor, sem como isso diminuir a arrecadação do Estado.

5.3 - Os gráficos abaixo, bem demonstram, com base na estatística de consumo do ano passado, não causará nenhum prejuízo a arrecadação do Estado, a elevação da alíquota da gasolina, diminuição da alíquota do álcool hidratado, com a redução de base de cálculo do imposto; fatores esses com os quais estar-se-á desestimulando o uso de produto nocivo, incentivando de uso benéfico, desenvolvendo as regiões, aumentando os empregos:

COMBUSTÍVEL	CONSUMO MÉDIO DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO (EM M³)	PREÇO NA BOMBA (R\$ POR M³) ALÍQUOTA DE 25%	FATURAMENTO MENSAL DOS POSTOS	ICMS GERADO ALÍQUOTA 25%
GASOLINA *	87.404	680,00	59.434.720,00	14.858.680,00
ALCOOL HIDRATADO	55.852	514,00	28.707.928,00	7.176.982,00
<b>TOTAL</b>	<b>143.256</b>		<b>88.142.648,00</b>	<b>22.035.662,00</b>

Fonte: Departamento Nacional de Combustíveis - DNC

\* No consumo mensal de gasolina está incluso 22% de álcool anidro

OBS: Média de consumo de janeiro a junho/95 no Estado do Paraná.

COMBUSTÍVEL	CONSUMO MÉDIO MENSAL DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO (EM M³)	PREÇO NA BOMBA (R\$ POR M³)	BASE DE CÁLCULO DO ICMS (%)	BASE DE CÁLCULO DO ICMS (R\$)	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA	ICMS GERADO C/ ALÍQUOTA PROPOSTA
GASOLINA *	87.404	728,58	100,0000	728,58	30,00%	19.104.241,90
ALCOOL HIDRATADO	55.852	464,46	100,0000	464,46	17,00%	4.409.952,50
<b>TOTAL</b>	<b>143.256</b>					<b>23.514.194,39</b>

\* No consumo mensal de gasolina está incluso 22% de álcool anidro

OBS: Com as alterações propostas teremos um superávit de R\$ 1.478.532,00 na arrecadação do Estado.

COMBUSTIVEL	CONSUMO MÉDIO MENSAL DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO (EM M³)	PREÇO NA BOMBA (R\$ POR M³)	BASE DE CÁLCULO DO ICMS (%)	BASE DE CÁLCULO DO ICMS (R\$)	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA	ICMS GERADO C/ ALÍQUOTA PROPOSTA
GASOLINA *	87.404	728,58	100,0000	728,58	30,00%	19.104.241,90
Alterações da base proposta	55.852		67,1610	308,74	17,00%	2.931.436,90
<b>TOTAL</b>						<b>22.035.678,80</b>

\* No consumo mensal de gasolina está incluso 22% de álcool anidro

OBS: Com as alterações propostas teremos um superávit de R\$ 1.478.532,00. Que possibilitará a alteração na base de cálculo para 67,16% assegurando ainda a manutenção da receita do Estado com o ICMS.

PROJETO DE LEI N° 423/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Centrão, com sede e foro no Município de Ouerência do Norte.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos, através desta proposição, declarar de Utilidade Pública, presta relevantes serviços a população de Ouerência do Norte e procurando colaborar com o educando, procurando a integração família-escola-comunidade.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 424/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Bairro da Lavrinha, com sede e foro no Município de Pinhalão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.96

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 27 de maio de 1995, com sede e foro no Município de Pinhalão, a Associação de Amigos do Bairro da Lavrinha, é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados

em estatuto próprio registrado sob n° 058, Livro "A", fls. 62/68, junto ao Cartório do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Tomazina, em conformidade com as exigências da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação foi constituída com a finalidade de despertar, orientar e defender os interesses públicos dos moradores, do comércio e das indústrias que integram a comunidade, no sentido de ajudar os carentes, dar educação aos menores e promover a união entre todos os moradores do bairro, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 2° do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado, pelos documentos que sequeam apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da Associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem exercido a representação dos moradores do bairro da Lavrinha, no Município de Pinhalão.

PROJETO DE LEI N° 425/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 26 de maio de 1992, com sede e foro no Município de Curitiba, a Associação dos Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele, é pessoa

jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob n° 1833, livro "A", junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 3° Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação foi constituída com a finalidade de auxiliar econômica e financeiramente o programa de Assistência Médica às crianças portadoras de Mielomeningocele, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 2° do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que sequer apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da Associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade com que tem trabalhado pelos portadores daquela doença congênita, provocada pela má formação associada da coluna vertebral e do sistema nervoso central.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O assunto que nos traz à tribuna, hoje, é para tratarmos aqui, neste Parlamento, sobre uma matéria de suma importância que será votada no Senado da República possivelmente hoje ou amanhã que trata sobre a desoneração do ICMS sobre produtos primários e produtos semi-elaborados.

A discussão deste assunto tem sido levantada principalmente nos Estados que têm a sua fonte de renda basicamente de produtos primários - Estados agrícolas - onde se situam os Estados do Sul do País. O Paraná é um Estado que representa, hoje, aproximadamente 25% dos grãos produzidos no Brasil. Esse produto primário paranaense responsável pela alimentação nacional, pela exportação nacional permanente e contínuo, ano após ano, safra após safra, neste instante poderá ter desoneração do ICMS na sua exportação.

Indiscutivelmente, reorientará para nós, Estados do Sul e mormente o Estado do Paraná, um prejuízo alto nas receitas do nosso Estado no Fundo de Participação do ICMS do nosso Estado, com prejuízos incalculáveis ao Estado e por consequência aos Municípios Paranaenses.

Se hoje, nós vivemos uma situação de plena dificuldade, tanto nos Municípios quanto no Estado, o risco de que se tenha no futuro prejuízos bem maiores ficam com-

pletamente claros por esta votação que se tem no dia a dia.

Em 1997 as perdas de ICMS, exportação de produtos primários e semi-elaborados mais crédito do imposto na aquisição de bens de capital, mais crédito integral do imposto de energia elétrica, soma 352 milhões por ano. A partir de 1998 vigorará o crédito do imposto na aquisição de todos os bens e mercadorias adquiridas pela empresa, independentemente de serem destinados a industrialização ou comercialização, perdas estimadas para 1998 com a evolução das exportações, 512 milhões/ano. Para um Estado como o nosso, do Paraná, que vive é ineqüível, nos dias de hoje as dificuldades de adaptação a nova realidade do sistema monetário nacional. É altamente preocupante a nova realidade do sistema monetário nacional. É altamente preocupante porque temos dito, de que o Estado perde à vista sobre uma promessa futura de receber a prazo. A discussão que se trava no dia de hoje em Brasília, com a propensão muito grande de ser aprovada, efetivamente tem que preocupar as autoridades do Estado do Paraná, esta Assembléia Legislativa, que embora não votando a matéria, sofrerá consequências diretas deste prejuízo indiscutível que o Estado do Paraná terá. Na hora da promoção talvez exista até a promessa da compensação. Na hora efetiva do desconto eu tenho certeza absoluta, que o Estado do Paraná sairá prejudicado. Concedo a palavra inicialmente ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Deputado Caíto Quintana, quero cumprimentar V.Exa., por trazer à discussão no dia de hoje este tema tão importante para o Brasil, e talvez mais importante ainda, eu diria mais preocupante para o Estado do Paraná.

Como já disse V.Exa., o Estado do Paraná representa ao redor de 25% da produção de grãos do País, representa com certeza o maior volume na exportação de semi-elaborados, óleo de soja, farelo de soja, o próprio couro. E nós estamos aí diante de um grande impasse, porque o setor produtivo, e é bom que os Senhores Deputados atentem para este problema, o setor produtivo, há muitos anos, vem reivindicando a desoneração das exportações, é justo? Não é justo que o País tente competir nos mercados internacionais, na exportação de produtos primários ou semi-elaborados, exportando impostos, os outros países, todos sabemos que adotam uma política diferente dessa nossa, não exportando impostos.

Mas se de um lado essa medida que está sendo discutida no Congresso Nacional, e que agora o assunto está a nível de Senado, e ainda ontem eu ouvia o pronunciamen-



to do Senador Osmar Dias, através da Rádio CBN, que a matéria deve ser aprovada hoje. No jornal li que o Governador Jaime Lerner deve se deslocar hoje à Brasília para acompanhar de perto essa votação, junto com o Secretário Miquel Salomão, da Fazenda do Estado do Paraná.

Se de um lado dessa reivindicação do setor produtivo, de outro lado nós temos o problema da perda da arrecadação. Que segundo dados que nós temos lido nos jornais, nas manifestações que tem feito o nosso Presidente Anibal Khury, nas manifestações que tem feito o Senador Roberto Requião, o Senador Pedro Simonsen e nas ponderações que me fez pessoalmente na última quarta, quinta e sexta-feira, quando estivemos percorrendo Municípios do Vale do Ivaí com o Senador Requião. Essas perdas estão sendo calculadas ao redor de quinhentos milhões de dólares por ano, quinhentos milhões de dólares por ano! É mais do que todo o programa Paraná 12 meses, que o nosso amigo Hermas Brandão, que o Governo do Estado pretende desenvolver em favor da agricultura.

Então, não dá para se brincar com isso. Não dá para ficar conversando esse assunto entre quatro paredes.

Entendo que há a necessidade, Senhor Presidente, de nós imediatamente trazermos à Assembléia Legislativa o Secretário Miquel Salomão, que está acompanhando a nível de Brasília há muitos meses a discussão desse tema.

Sei que temos aí a discussão da questão do Porto de Paranaquá, a privatização do Porto de Paranaquá. Mas, esse é um assunto que dá para esperar mais uns quinze dias, dá para esperar, quem sabe, mais um mês. Agora, a questão da desoneração da exportação de produtos primários e semi-elaborados, nós da Assembléia Legislativa temos que nos inteirar de todas as negociações. De como está andando esta questão. Porque conversando com o Senador Requião, ele tem um posicionamento contrário a essa desoneração, pelo menos, foi o que entendi. Já o Senador Osmar Dias, ele é favorável a desoneração, desde que se estabeleçam critérios firmes, claros de compensação aos Estados, sem o que efetivamente o rombo no Estado do Paraná, será um rombo muito grande. E, nós que já estamos aí correndo o risco de perdermos em arrecadação, em função de uma série de outras medidas, uma série de outras questões que se levantam, nós também poderemos estar colocando o Estado do Paraná numa situação de dificuldade. O Paraná, o Rio Grande do Sul, o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso, Rondônia que são Estados eminentemente produtores de grãos, serão os mais penalizados. Agora, não resta nenhuma dúvida, nós que temos acompanhado, ainda há pouco

estive na Secretaria da Agricultura junto com os produtores de ovos do Estado do Paraná. Estava lá o Cardoso que é da APAVE produtores do Norte do Paraná, aqui da Região Metropolitana. E nós lá sentíamos as dificuldades do setor, anunciavam eles, inclusive a dificuldade, hoje, pelo preço de venda da dúzia de ovos que não foi ajustada ao longo dos últimos meses. Mas, que em compensação o farelo de soja, por exemplo, subiu mais de 200%.

Então, nós temos dificuldades em todos os setores. E, se nós não tomarmos o cuidado necessário, se esta Assembléia não se envolver na discussão corre o risco de nós, sequer, sabermos o que foi aprovado lá em Brasília.

Por essa razão gostaria de sugerir ao Presidente Anibal Khury, que convidasse para amanhã a vinda a este Plenário do Secretário da Fazenda, o Dr. Miquel Salomão. Para que ele dê contas à Assembléia Legislativa, de como anda as conversações, se há necessidade deste Parlamento se posicionar desta forma ou de outra. Qual é a ação que nós poderemos desenvolver para sensibilizar os nossos Deputados Federais, os Senadores do Paraná e de outros estados produtivos no sentido de que venham assegurar efetivamente o ressarcimento, a compensação das perdas. Porque a forma que está sendo proposta de que as perdas serão compensadas através da emissão de títulos para que o Estado possa compensar na hora de pagar a sua dívida com o Governo Federal, no meu ver é uma piada de mau gosto porque o Paraná não é devedor do Governo Federal, pelo contrário, o Paraná é credor, é credor da construção da Ferrovia Central do Paraná, é credor da construção da Ferroeste, é credor da construção da segunda pista ligando Curitiba a Garuva, é credor da construção da ponte sobre o Rio Paraná lá em Guaíra, Mundo Novo, lá em Porto Camargo. O Paraná é credor do Governo Federal em muitas coisas e receber estes papéis que terão uma mísera correção por ano para debitar, para se compensar no pagamento das dívidas do Estado com a União é uma grande piada e um enorme prejuízo para o nosso Estado. Nós que já autorizamos o dinheiro para o Paraná 12 meses, quatrocentos e tantos milhões, o empréstimo para o Paraná Urbano, o empréstimo para a melhoria da educação, o empréstimo para o saneamento urbano de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, nós que já autorizamos a emissão de debêntures, não podemos assistir calados este rombo que vai acontecer nas finanças do Paraná. Agora, desonerar as exportações é necessário porque senão a agricultura do Paraná vai cada vez perder em competição. Agora, o governo federal para acertar o seu caixa, para reestabelecer o equilíbrio

da balança comercial de importação e exportação não pode penalizar o Paraná com 500 milhões de dólares por ano de perda de arrecadação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado Deputado Pessuti, enriquece esta discussão a participação de V.Exa. e eu já na sequência cedo a parte ao companheiro Toti.

O Sr. Toti Colaço (Aparte) - Deputado Caíto, bem rapidamente, apenas para cumprimentar V.Exa. pelo assunto que traz à tribuna desta Casa e também cumprimentar o Deputado Orlando Pessuti pelas colocações feitas a respeito do que o Paraná vem perdendo nos últimos tempos. Me parece, Deputado Caíto Quintana, que o que está acontecendo com a desoneração dos tributos dos produtos primários exportados pelo Paraná e pelos demais estados aqui do sul do País. Me faz lembrar e é isso que é muito importante, e eu queria deixar registrado aqui nesta tarde, o que aconteceu alguns anos atrás, com relação à isenção da transferência da energia elétrica dos Estados produtores para outros Estados aonde o nosso Estado, que é um dos maiores produtores de energia elétrica. Estamos perdendo há muito tempo o que está expresso num dos dispositivos da Constituição Federal que não podemos cobrar o ICMS sobre a energia elétrica vendida para o Estado de São Paulo e demais Estados da Federação, bem como os Estados que produzem lubrificantes e óleos combustíveis. Então, o Paraná hoje, neste exato momento, me lembra perfeitamente que o Congresso Nacional naquela época foi induzido num conto, num sonho, de uma compensação que me parece surgiu a história dos royalties, que está beneficiando exatamente parte do Estado do Paraná, apenas alguns municípios limítrofes? Ou que suas terras foram tomadas pelos laços, no entretanto o restante dos municípios paranaenses estão tendo total e absoluto prejuízo, porque aquelas famílias que de lá saíram evidentemente estão colocadas grande parte nos demais municípios do Estado do Paraná. Então me lembra esta posição hoje do Congresso Nacional, no momento em que votarem esta desoneração dos tributos a respeito dos produtos primários faz lembrar claramente que o mesmo golpe, a mesma rasteira que o governo Federal, que os outros Estados da Federação vão dar principalmente no nosso Estado que está aí com 25% da sua produção agrícola cobrindo todo o território nacional.

Cumprimento V.Exa. e me associo ao movimento que se fizer necessário através desta Casa de Leis.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Aparte) - Só com

plementando o que o Toti disse; Deputado Caíto, veja só, na questão da imunidade tributária sobre a transferência, a vinda de energia elétrica do Paraná para outros estados, evidentemente que dos outros estados para outros também, só neste item o Paraná perde mais de 300 milhões de dólares por ano, se nós perdermos mais 500 com a desoneração nós vamos para 800, sem falar de outras coisas, quer dizer, daqui a pouco nós estamos perdendo quase que um ano inteiro de arrecadação, ou pelo menos seis meses já que a arrecadação está na faixa de 250 milhões de dólares, beirando os 300. Quer dizer, nós já estamos perdendo aí três a quatro meses cheio de arrecadação. Quer dizer, já perdemos uns 300 para mais com a energia elétrica e vamos perder agora mais 500 com a produção agropecuária. Quer dizer, nós temos que desonerar, não tenha dúvida, o Paraná está dando a sua contribuição produzindo energia, produzindo grãos, produtos pecuários para o consumo interno e para exportação, e a compensação onde que fica?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Antes de lhe conceder a palavra, Deputado Cezar Silvestri, queria trazer um dado que tem sido discutido no âmbito da própria Imprensa Nacional, seguramente interessada em não manter uma discussão muito profunda sobre esse assunto. A Constituição Federal no seu artigo 155, ela diz o seguinte: "Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos, na letra B, relativos à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços, transportes". O que importa, relativo a circulação de mercadorias, ICMS. No inciso X, letra A, vai dizer que não incidirá sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, não incidirá ICMS, sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar. Fica excluído a isenção. Depois no inciso X cabe à lei complementar na letra E excluir da incidência do imposto nas exportações para o exterior de serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X. Ora, o que pretende a Lei Kandir? Pretende alterar a Lei Complementar 6591 que definia exatamente as isenções de ICMS para o exterior. Mas a lei complementar, por um princípio lógico de lei, não poderia se sobrepor a própria Constituição que diz na Constituição Federal, diz no seu inciso 10, do artigo 155, não incidirá sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi elaborados, de modos que essa discussão além de ela ser econômica para os Estados produtores dos produtos primários ela deveria ser também, do ponto de vista jurídico de

como se procede para alterar num determinado momento um imposto que é de competência estadual.

Competência estadual garantida pela Constituição, num determinado momento o Governo Federal, via lei complementar, portanto se sobrepondo à Constituição passa a adentrar dentro daquilo que é competência do Estado, criando sérios prejuízos a um Estado como o do Paraná.

O Deputado Pessuti e o Deputado Toti nos seus anates já clarearam o quanto se perde, nós tivemos aqui ampla discussão para aprovar um projeto como o Paraná Urbano, quatrocentos e poucos milhões de reais, discutindo como vai pagar, como que não vai pagar, que garantia se dá, quatrocentos milhões de reais Deputado Toti!

Tivemos uma ampla discussão aqui nesta Assembléia Legislativa para autorizar o Governo do Estado a darem caução ao BNDS cem milhões de ações da COPEL.

Parece que o Governo Estadual está negociando agora mais 120 milhões de recursos do BNDS lastreado por ações da COPEL. É claro que nós temos preocupações, todos nós temos preocupações, isso atinge 220 milhões.

Ora, essa desoneração do ICMS e do produto semi elaborado no Estado do Paraná representa Deputado Reny Borsato 500 milhões de dólares, ano de diminuição de recurso do nosso Estado sobre a promessa de que teremos compensação financeira.

Quer dizer, volto a repetir, nós vamos perder dinheiro à vista, sob a promessa de receber a prazo, coisa que, lamentavelmente, tem que se constatar, que para os Estados do Sul, nunca foi cumprido, senão, nós teríamos recebido já os créditos que o Governo Estadual tem no Governo Federal.

Quero também registrar aqui e, antes que esqueça, já lhe concedo o aparte Deputado Cezar Silvestri, de que a base da agricultura do Estado do Paraná e dos Estados do Sul, produtores, necessitam realmente de uma diminuição desta carga tributária, como forma de poder ter um preço maior do seu produto.

Mas indiscutivelmente, isso é algo produzido no Paraná, mas que enriquece a Nação Brasileira.

Nos momentos de grandes dificuldades, quem suporta ônus desta Nação é exatamente a agricultura nacional. E essa agricultura Nacional é produzida nos Estados do Sul.

Portanto, quando se valoriza o produtor do Sul do Brasil, está se valorizando a quem gera recursos nacionais. Ora, nos tiram o ICMS da energia elétrica, nos tiram o ICMS do produto semi elaborado, que é aquilo que chega aqui e não tira-se nada dos estados que não produzem e dos estados industrializados?

Acho que é hora. Deputado Rossoni.

Vossa Excelência que hoje está a assumir a posição de líder do Governo, nesta Casa, tem que dar ressonância a isso.

A Assembléia Legislativa não pode ser passível de daqui a pouco ser questionada na base dos municípios. Os Prefeitos, os municípios, em 1997 vão sofrer tremendamente, Deputado Rossoni.

Porque se diminui o ICMS do Estado, diminui o bolo a ser distribuído para os Municípios e, conseqüentemente todos vão perder.

E, todos nós sabemos que os nossos municípios estão, hoje, praticamente pagando as despesas essenciais, que não podem ser cortadas.

Então, é uma questão preocupante. Há um estado que cresce, que é potente, que produz, que tem contribuído e nada tem recebido de retorno.

E, nós não podemos ficar aqui, sem dar uma resposta, pelo menos ao povo paranaense, do que afinal, esta Assembléia Legislativa, Casa de representação popular, tem feito para questionar.

Para mim, isso é um verdadeiro saque, que se pretende fazer em cima dos estados produtores, mormente, repito uma vez mais, um Estado como o Paraná, responsável por 25% da produção de grãos desta Nação. E, que não tem recebido nenhum benefício por essa sua qualidade de produtor e, agora, sofre o risco de ser, inclusive, penalizado na geração do seu ICM.

Concedo um aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - (Aparte) - Deputado, quero me somar a sua preocupação. Acho que esse assunto deve ser amplamente debatido, sem dúvida nenhuma, inclusive, na Assembléia Legislativa. Até porque as informações estão muito desencontradas.

Na questão da desoneração, o Deputado falava de que o Estado do Paraná, receberia títulos somente para pagamentos de dívidas com o Governo Federal.

Não é essa a informação que nós temos. Na verdade, os Estados que não têm dívidas receberiam os títulos, que seriam convertidos em dinheiro, para que o Estado fosse recompensado.

Mas a grande preocupação, minha, na verdade, e eu acho que não é essa somente a preocupação do Governo Federal, com relação à questão da balança comercial, acho que é uma antiga reivindicação de todos os produtores rurais, de todas as cooperativas do Paraná e de todos os Estados do Sul para que houvesse essa desoneração, porque está impossível nós competirmos, principalmente agora, com a abertura do MERCOSUL, com os países vizinhos, aqui do Brasil.

A minha preocupação maior, inclusive, algumas cooperativas já levantaram essa preocupação, é no sentido de que essa desoneração não possa ser total.

Até porque nós temos o problema, na verdade é com o próprio MERCOSUL. Se nós zerarmos o ICMS, nós teremos problemas. Na Argentina senão me engano, é 5% o ICM nos produtos primários e semi-elaborados.

Acho que a alíquota deveria ser a mesma, senão praticamente todo esse trabalho para a criação do MERCOSUL vai por água abaixo.

Acho que esse assunto deve ser discutido. E também, a informação que tenho é que o Secretário da Fazenda, Miquel Salomão, está acompanhando isso, de perto e o próprio Governo do Estado.

Nós temos que trazer esse assunto para ser discutido aqui, porque as informações estão completamente desencontradas.

O Relator da matéria foi o Deputado Luiz Carlos R. e na informação que ele nos passa é de que o Estado do Paraná, logicamente tem essa perda, essa compensação dos seis anos e inclusive a grande discussão seria no fator de crescimento do Estado, que é a grande reivindicação do Estado do Paraná, que gostaria que fosse colocado um fator de crescimento do Estado, porque senão, todos os Estados que tiveram crescimento na arrecadação, acabam perdendo esse crescimento. E como eu aposto que o Paraná deve ter um crescimento, gostaria que fosse incluído nessa compensação, não somente a perda imediata mas também esse fator de crescimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, repito a

Vossa Excelência, em todas as participações que houve sobre esse assunto, não se nega a discussão a respeito da desoneração do produto agrícola, agora, a discussão que não se trava tão pouco é se o exportador terá vantagem, e o produtor terá vantagem, quanto será essa vantagem.

Mas, enfim, não é no mérito disso que estamos entrando nesse pronunciamento no dia de hoje, é no mérito do Estado do Paraná, do que ele perde em arrecadação.

Há uma matéria, Deputado, de responsabilidade do Osires Lopes Filho, que diz o seguinte: "A perda da arrecadação de ICMS, segundo estimativas oficiais é em torno de 4 bilhões para o ano de 97".

Se os tecnocratas de Brasília falam nessa quantia ela deve ser maior, no mínimo de 6 bilhões. A negociação é de que a União vai repor a perda Estadual, durante 6 anos com títulos públicos. "Não há bolo de graça".

Os recursos que o Governo Federal mobiliza provêm substancialmente dos tributos que arrecada, o ressarcimento aos Estados pela perda da arrecadação deverá ser

recuperado pela União mediante a elevação dos impostos federais.

Quer dizer, continuo a pensar sobre o assunto na certeza de que o Paraná não suporta uma perda de 500 milhões de dólares ano, na sua Receita, no ICMS.

Não há como, não há transferência, os títulos e os Estados que devem para o Governo Federal poderiam fazer compensação.

O Estado do Paraná, um Estado equilibrado, com uma dívida de longo prazo e um perfil completamente administrável, de modo que a nós cabe, indiscutivelmente a preocupação do prejuízo que possa se ter.

Acho que o Governador Jaime Lerner, os seus Secretários, esta Assembléia Legislativa, todos nós deveríamos somar vozes, para que na votação desta envergadura, com tanto risco ao nosso Estado, houvesse a certeza de que o Paraná não vai perder.

Volto a dizer, todo o Paraná 12 meses é um empréstimo internacional de longo prazo 400 milhões de dólares. Não é possível se perder 500 milhões em apenas um ano.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Caíto

Quintana, ouço com atenção o seu pronunciamento e nós estivemos com o Governo discutindo essa questão há dois dias atrás, e o Governador hoje está em Brasília, junto com o Secretário de Finanças, acompanhando de perto esta questão no Congresso Nacional.

E é a preocupação do Governador, porque nós temos consciência desse prejuízo de um lado fortalece a nossa agricultura, de outro enfraquece o Estado.

Acredito que o que precisa neste momento é uma mobilização das Lideranças do Paraná, para se somar ao Governador Jaime Lerner, para que possamos reverter essa situação e convencer que este projeto do Kandir não venha ser aprovado por que novamente o Paraná está perdendo.

Mas para que Vossa Excelência tenha conhecimento, o Governador do Estado está em Brasília hoje, junto com o Secretário de Finanças, foi o 1º Governador do País a se levantar contra essa questão e o 2º Governador que está se somando ao Paraná é o Estado do Rio Grande do Sul, o Governador Antonio Brito.

É claro que os Estados produtores vão ter um grande prejuízo, de um lado quando fortalece a questão das exportações que o País precisa, e é natural que nós precisamos de uma compensação, mas a compensação tem que ser na Lei, porque é natural que se ficar na promessa, daqui a dois anos, troca-se o Governo, os compromissos se foram e o Estado do Paraná novamente vem ter esse prejuízo. Por isso, eu me somo a sua preocupação e espero que todas as Lideranças do Paraná se somem ao Governador

Jaime Lerner, para que possamos defender os interesses da população do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rossoni, tenho nesta Casa uma postura de oposição ao Governador Jaime Lerner politicamente. Não poderia ter uma posição de oposição ao Estado do Paraná governado nesse instante pelo Governador Jaime Lerner.

Me preocupa como paranaense. V.Exa. sabe inclusive Deputado que o Governo do Estado têm negociado com o BNDS a liberação de recursos nesse momento de dificuldade que o Estado está passando. Tudo certo, BNDS não libera recursos, no entanto eu vejo por exemplo, em São Paulo o próprio Presidente da República, junto com o Governador do Estado liberando recursos do BNDS para reinício de obras de metrô. Acho que essa posição nossa, dos Estados do Sul, não pode mais continuar na passividade. Quando se trata de Paraná, nós precisamos formar todos nós uma grande força de sustentação a quem estiver no Governo, e a quem estiver representando o nosso Estado no poder que seja, para não permitir de que nós sejamos prejudicados pelo fato de sermos um Estado produtor.

Se V.Exa. prestar atenção na sua colocação no aparte, vai ver o seguinte: o Brasil precisa desonerar o produto agrícola para competir lá fora. O Brasil precisa, nós somos brasileiros, mas o Estado do Paraná é que contribui com isso em 25%. Portanto, não pode não ter a compensação devida nesse momento de grave preocupação pela queda inclusive da arrecadação dos Estados e dos Municípios e uma dificuldade enorme de manter as despesas fixas das unidades federativas.

Consulto o Deputado Zuk se pretende um aparte se não eu encerro.

O Sr. Augustinho Zucchi - Agradeço o aparte, e apenas para colocar de que essa isenção do ICMS de Exportação na verdade para o setor produtivo é fundamental. Embora, haja evidentemente uma preocupação por parte das indústrias de que tenhamos dificuldades principalmente com relação ao emprego. Isso é ponto fundamental. Agora, fora isso, rapidamente apenas para parabenizar V.Exa. por essa preocupação, fora isso, acho que o Estado do Paraná deva ser compensado pelo prejuízo que venha ter, mas reconhecendo que no Projeto para o setor primário produtivo do Estado, é importante que haja isenção do ICMS, até porque nós não vamos mais conseguir competir na atividade produtiva da nossa agricultura sem que haja a elevação da nossa competitividade. Agora eu gostaria de colocar essa posição, porque tenho debatido com vários setores através da Comissão da Agricultura da Assembléia sobre esse pro-

jeto, e acho que o projeto têm duas vertentes. Uma que é o benefício que trás ao setor produtivo outra evidentemente que é a preocupação com o prejuízo que o Estado do Paraná teria tido em vista que nós não podemos colaborar mais uma vez com o País sem que haja um Estado equilibrado. E como V.Exa. colocou responsável por 25% da produção agrícola, nenhuma compensação pelo prejuízo que nós teremos, tendo em vista essa medida adotada pelo Governo Federal. Muito obrigado!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Zucchi, V.Exa. chegou mais recentemente na sessão, todos nós destacamos esse fato da importância da desoneração, para poder melhorar o custo, ou melhor o preço do nosso produto primário. Embora Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, esse chamado custo Brasil, não está praticamente voltado exclusivamente na questão de desonerar imposto sobre produto, esse custo está na falta de financiamento, por preço alto dos insumos agrícolas, nas dificuldades que nós temos de transportes, na falta de incentivo aos nossos Portos, tudo isso, faz com que nós não tenhamos competitividade no mercado Internacional. Agora a nossa discussão nesse momento, é a respeito de que desonere-se produto primário e semi elaborado, tudo bem, mas que o Paraná não pague o preço da desoneração.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PFL, PTB, PMDB, PT, PSDB e Liderança do Governo.  
- Todos Declinam.

O SR. JOÃO TECHY (Pela Ordem) - Gostaria de manifestar que, quando lendo o jornal hoje, vi que hoje é dia comemorativo do Dia da Imprensa. Esta data é muito importante, pois temos sempre trabalhado juntamente com a nossa imprensa aqui nesta Casa. Era isto Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1037, suscrito pelo Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa criar 10 (dez) cargos de promotor de Justiça de entrância final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais, instituídos pela Lei Estadual nº 11.468/96, nos termos da deliberação do egrégio Colégio de Pro-

curadores de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando licença por 121 (cento e vinte e um) dias, para tratar de assuntos pessoais, de acordo com o Inciso II do Artigo 60 da Constituição Estadual. **Aprovado.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Convoco o Deputado João Preis para assumir a cadeira de Deputado.

Convido os Deputados: Orlando Pessuti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins e Antonio Annibelli para acompanhar o Deputado até a Mesa, onde prestará o Juramento Legal.

Solicito os Senhores Deputados para que, em óé ouçamos o juramento do Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Lê o Juramento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro empossado o Deputado João Preis e convido para tomar assento na sua Bancada.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/95 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a informatização das Escolas da Rede Pública de Ensino e das Entidades Filantrópicas. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., CONTRÁRIO DA C.F. E FAVORÁVEL DA C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.C.E..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a re-

tirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 326/95.

#### ITEM 02

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/95 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que autoriza o Executivo Estadual a criar o Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Tecnológico da Cafeicultura do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.F..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 459/95.

#### ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Professor Doutor Antônio Celso Nunes Nassif. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/96 de autoria do Deputado Anibal Khury e outros que denomina a PR-471, Rodovia que liga Porto São Paulo, no município de Nova Prata do Iguçu, a Salto do Lontra, de Rodovia Cândido Rizzoto. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação entre Amigos do Conjunto Camoones, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Gabinete com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que institui o dia 06, de maio, como o Dia do Instrumentador Cirúrgico. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por**

artigo.

ITEM 08

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/96 de autoria do Deputado Anibal Khury, Eduardo Trevisan e Luiz Carlos Zuk que prorroga até 31 de outubro do corrente ano, os efeitos contidos nos incisos I e II, do Art. 3°, da Lei n° 11.429, de 14 de junho de 1996. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 133 de 02.09.96).

Aguarda parecer da Comissão. Retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 917, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 920 e 946, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 921, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 922, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Solicitada às Lideranças para que façam as indicações.**

Requerimentos n°s 923, 924 e 926, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 933, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento n° 925, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 927 e 928, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 930, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 932, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 934 a 940, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 949, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 950, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 944, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para discutir.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós fizemos esse pedido de informações e queria chamar a atenção desta Casa. Pedi ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que liberasse a sua Bancada para votar esse pedido de informação, porque as denúncias que recebi são muito graves, que a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, num convênio que realizou com o Governo Federal, de 25 milhões de reais, já teria gasto 16 milhões de reais na contratação de empresas para reciclagem dos trabalhadores, empresas essas que, segundo informações que recebemos, são sem nenhuma experiência e tradição, por isso que esse requerimento na verdade, é para dirimir dúvidas sobre a aplicação de 16 milhões de reais pelo Secretário do Emprego e de Relações do Trabalho.

Por isso peço a todos os Senhores e ao Líder Valdir Rossoni, para que, com muita atenção, libere a votação desse requerimento.

Obrigado Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, pedi para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 365, 369, 376, 386, 393 e 419/96.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 1996.

"Interesses escusos visam prejudicar o BAMERINDUS"

Jornal Folha da Imprensa

Já está na hora do Paraná acordar. O Estado precisa mostrar já forte reação contra interesses escusos que visam prejudicar o processo de fortalecimento que



atravessa o BAMERINDUS. Grupos econômicos-financeiros muito fortes e sem escrúpulos de outros Estados estão inconformados com o fato de que o banco paranaense - quarta maior instituição financeira do Brasil - está conseguindo se recuperar plenamente.

Tinham como certo o fato de que o BAMERINDUS não conseguiria a recuperação e cairia no solo como dádiva divina transferindo a empresários estranhos ao Estado um patrimônio paranaense legítimo e construído a custa de décadas de muito trabalho e sacrifício.

A manobra fracassou. Promoveram tais grupos brutal onda de comentários malvados e perversos para abalar o conceito e a confiabilidade do banco, Fracassaram. O BAMERINDUS foi ágil.

Publicou um balanço semestral impecável, vendeu empresas, buscou parcerias firmes no exterior, anexou a rentável seguradora do grupo e partiu para sólida reestruturação. Atravessa hoje processo de fortalecimento e aos poucos reconquista o terreno perdido.

Recuperado está o BAMERINDUS mas inconformados estão os que desejavam usurpar

o patrimônio maior do valor do empresário paranaense.

Visando portanto tirar do Paraná o banco estes mesmos grupos adotaram a prática - diária e costumaz - de fundar indústria que fabrica em séria boataria e futricas de toda a ordem. A sanha gananciosa de tomar o BAMERINDUS é tamanha e tão vil que se lança mão de todos os recursos - mesmo os criminosos e ilegais - para atingir pesadamente o banco no instante em que alça vôo para a recuperação.

O Paraná precisa se levantar já para defender o BAMERINDUS. Sob pena de assistirmos omissos a processo malvado e perverso - digno de ser apreciado pela justiça criminal - que visa transferir o controle do banco a gananciosos mafiosos do setor financeiro que fizeram fortuna - bem longe do Paraná, graças a Deus - a custa da pirataria no mercado financeiro.

Não podemos calar. Temos de lutar com o BAMERINDUS e pelo BAMERINDUS.

É o dever de todos os paranaenses para assegurarmos a riqueza, pujança e prosperidade às gerações que nos seguem!